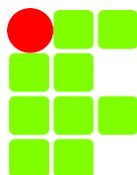




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ**

BOLETIM DE SERVIÇOS

ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 4.965, DE 05/05/1966.

EDIÇÃO EXTRA Nº 03, DE 30 DE JANEIRO DE 2025.

ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO A CARGO DA DIGEP

Av. Presidente Jânio Quadros, 330 – Santa Isabel – Teresina – PICEP. 64.053-390 – Fone (086) 3131-141



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 5/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 28 de janeiro de 2025.

Autoriza o funcionamento do curso de pós-graduação, **lato sensu**, em Gestão para Educação Profissional e Tecnológica, nos polos efetivos/associados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23055.000487/2025-57,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do curso de pós-graduação, **lato sensu**, em Gestão para Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância (EaD), parceria IFPI e Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos polos efetivos e nos polos associados, conforme especificação abaixo:

CAMPUS/POLO	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Angical	Rua Nascimento – Centro - 64410-00		50		
São Raimundo Nonato	Rodovia BR-020 – Primavera - 64770-000		50		
Anísio de Abreu	Rua Manoel Ribeiro da Silva – Esperança - 64780-000		50		
Bom Jesus	Praça Alcebiades de Moraes – Josué Parente - 64900-000		50		
Santa Cruz do Piauí	Rua Né Aristarco – Centro - 64545-000		50		
Esperantina	Rua Reginaldo de Araújo Bezerra, 68 – Centro - 64180-000		50		
Palmeirais	Rua Projetada, 25 – Serra Negra - 64420-000		50		
Monsenhor Gil	Av. Joel Mendes, 650 – Centro - 64450-000		50		
José de Freitas	Av. Américo Celestino – Centro - 64110-000		50		
Cocal	Campus IFPI – Centro - 64235-000		50		
Altos	Rua Tiradentes, 522 – Centro - 64290-000		50		
Água Branca	Avenida José Miguel – Centro - 64640-000		50		
Campo Maior	Av. Santo Antônio. 1736 – São Luís - 64280-000		50		
Cajazeiras	Rua José Paulino – Centro - 64514-000		50		
Jaicós	Rua Deputado Constâncio Carvalho, 264 – Serranópolis - 64575-000		50		
Canto do Buriti	Rua Rio Grande do Norte, 702 – Aeroporto - 64890-000		50		
Luzilândia	Rua João Quariguazi, 409 – Centro - 64160-000		50		
Elesbão Veloso	Praça Padre José Paulo do Rêgo, 219 – Capitão Mundoco - 64325-000		50		
Alegrete	Rua Manoel Sanches Leal – Vila – CEP: 64.675-000		50		
Floriano	UFPI - Campus Amílcar Ferreira Sobral, Rod. BR-343, km 3,5 – Meladão - 64800-000		50		
	Praça Engenheiro Domingos Sávio – COHAB -				

Itainópolis	64565-000	Pós-graduação, lato sensu , em Gestão para Educação Profissional e Tecnológica	50	360h	Resolução Nº 4/2025
Marcos Parente	Rua Landri Sales – Centro - 64845-000		50		
Paes Landim	Rua 13 de Maio – Centro - 64710-000		50		
Paulistana	Rodovia BR 407 KM 05 – Lagoa dos Canudos - 64750- 000		50		
Luiz Correia	Rua Afonso Serra, 605 – Centro - 64220-000		50		
Picos	Av. Senador Helvidio Nunes – Junco - 64607-760		50		
Pio IX	Rua Alencar Araripe – Centro - 64660-000		50		
Urucuí	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50		
Corrente	Praça Joaquim Nogueira, 73 – Centro - 64980-000		50		
São José do Peixe	Praça Juscelino Kubsticheck – Centro - 64555-000		50		
Oeiras	Rua Miguel Oliveira, 207 – Centro - 64500-000		50		
Buriti dos Lopes	Rua Professora Maria da Glória - COHAB - 64230-000		50		
Valença	Av. 15 de Novembro – Centro – 64300-000		50		
Piripiri	Av. Marechal Castelo Branco, 180 – Petecas - 64260-000		50		
São João do Piauí	Praça Manoel Antônio de Souza – Centro - 64760-000		50		
Inhuma	Rua João Gonçalves de Holanda, 212 – Liberdade - 64535-000		50		
União	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50		
Barras	Rua Fenelon Castelo Branco – Centro - 64100-000		50		
Redenção do Gurgueia	Rua Francisco Nogueira – Sto Antônio - 64915-000		50		
Avelino Lopes	Praça Nossa Senhora das Mercês – Centro - 64965-000		50		
Simplicio Mendes	Rua Pio Sérvio – Centro - 64700-000		50		
Pedro II	Rua Manoel Jorge, 750 – Engenho Novo - 64255-000		50		
Teresina	Praça Firmino Sobreira – Matinha - 64002-190		50		
Parnaíba	Rodovia BR 402, km 3 – Baixa do Aragão - 64215-990		50		

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 28/01/2025 10:14:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/01/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 327357

Código de Autenticação: a84eb6896e





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 4/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 27 de janeiro de 2025.

Aprova a Criação do Curso de Pós-graduação, **lato sensu**, em Gestão para Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade EaD, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, considerando o processo nº 23055.000487/2025-57,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a Criação do Curso de Pós-Graduação, **lato sensu**, em Gestão para Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade Educação a Distância (EaD), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 27/01/2025 16:34:39.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/01/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 327335

Código de Autenticação: 24615f4894



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação Ciências e
Tecnologia do Piauí

Pró-Reitoria de Pós-graduação , pesquisa e Inovação

Pró-Reitoria de Ensino

Diretoria de Educação a Distância

Coordenação Geral da UAB/IFPI

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS- GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Teresina, Piauí

Janeiro de 2025

Reitor

PAULO BORGES DA CUNHA

Pró-reitor de Ensino

ODIMOGENES SOARES LOPES

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

JOAE LUIZ DE OLIVEIRA E SILVA

Diretor de Pós-graduação

EMMANUEL WASSERMANN MORAES E LUZ

Diretor de EAD do IFPI

RAIMUNDO NONATO MENESES SOBREIRA

SUMÁRIO

1	31.1	51.2	51.3
	71.4	72	73
	04	04.1	04.2
	05	26	47
	87.1	87.2	217.3
	248	558.1	578.2
	589	619.1	659.2
	669.3	679.4	679.5
	6810	7010.1	7110.2
	7111	7312	
	73REFERÊNCIAS	93	

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de educação a distância, incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Este documento tem a intenção de subsidiar as instituições de ensino que integram simultaneamente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes) na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Curso, os quais deverão ser tramitados nas respectivas instâncias dessas instituições, para aprovação e implementação subsequente, de acordo com o que prevê o Edital Capes nº 25, de 20/09/2023, atualizado em 6 de dezembro do mesmo ano. No âmbito desse edital, o curso contará com 8.100 vagas distribuídas em 37 instituições que manifestaram interesse em participar dessa nova oferta, com previsão de início a partir de março de 2025.

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, em sua nova edição, integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o [Decreto nº 8.752/2016](#), que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do [Plano Nacional de Educação 2014–2024](#).

1.1 Identificação do curso

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante				
UA Responsável	INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - Ifal CNPJ:10825373/0001-55 Natureza jurídica: Autarquia federal Endereço: Rua Odilon Vasconcelos, 103 - Jatiúca - Maceió - Alagoas - CEP: 57035-660 Telefone: (82) 2126 - 1100 Página institucional na internet: www.ifal.edu.br E-mail: reitoria@ifal.edu.br Representante legal: Carlos Guedes de Lacerda				
Carga Horária Total	360h	Duração (meses)	18 meses	Nº vagas	50 por polo
Modalidade	Educação a distância				
Título a ser conferido	Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica				
Sistema de organização	Núcleo Comum, Núcleo Específico e TCC. Subdivisão em módulos e unidades temáticas.				
Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes				
Participantes	Poderão participar do curso profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), preferencialmente atuantes ou que pretendem atuar em espaços e funções de gestão na Educação Profissional e Tecnológica pública, em especial na direção e vice-direção de escola, coordenação pedagógica, orientação educacional e supervisão de ensino, dentre outros.				
Início da oferta	Março de 2025				

1.2

Referenciais políticos e legais

A oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica segue a legislação em vigor no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e as instituições participantes da oferta, certificadoras do curso, devem integrar simultaneamente a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Para a oferta do curso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB, cujas equipes são constituídas de acordo com a [Portaria CAPES nº 309/2024](#) e com a [Instrução Normativa nº 1/2024](#); dentre outras.

Além disso, a presente proposta de Curso está em conformidade com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, em particular as citadas abaixo:

- [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- [Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016](#), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- [Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007](#), que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
- [Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017](#), que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- [Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017](#), que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- [Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018](#), que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018](#), que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021](#), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- [Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021](#), que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

1.3 Definição de vagas, formas de ingresso e processo seletivo

O processo seletivo é público, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), e deve considerar o quantitativo de vagas acordado com a Setec/MEC e UAB/Capes, no contexto do Edital Capes nº 25/2023.

O ingresso de candidatos/as considera as normas internas do IFPI, bem como a legislação brasileira vigente expressa neste PPC.

- Quantitativo de vagas: 50 vagas por polo
- Forma(s) de ingresso: A seleção e a classificação dos/as candidatos/as serão efetuadas com base nos resultados obtidos em processo seletivo, por meio de Edital publicado pelo IFPI, sendo o número de vagas condicionado aos editais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), respeitando o percentual de reserva de vagas da legislação vigente. As vagas remanescentes serão preenchidas por meio de edital específico.

1.4 Desligamento e reingresso no curso

Não será permitido o trancamento do curso, mas sim cancelamento da matrícula e caso o discente depois queira cursar novamente o curso deverá fazer um novo processo seletivo e solicitar, caso aprovado, o aproveitamento das disciplinas cursadas com êxito.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

As inovações constantes e velozes nos paradigmas tecnológicos do mundo moderno/contemporâneo, associadas especialmente à evolução do mundo digital e informacional, demandam exigências de adequação aos contextos educativos. As instituições precisam investir cada vez mais na formação de profissionais, na inovação das metodologias de ensino e na atualização dos equipamentos das mais variadas áreas de conhecimento em que atuam. Nesse sentido, no planejamento das ofertas educacionais, o IFPI prevê a incorporação de recursos e equipamentos

tecnológicos de forma a propiciar o pleno desenvolvimento da prática pedagógica e do funcionamento dos cursos. Assim, há ações voltadas para a integração dos campi, para a extensão da educação a distância (EAD), de maneira a ampliar polos e ofertas de cursos nessa modalidade, para a utilização da plataforma Moodle, para investimentos em equipamentos de vídeo e web conferências, a fim de possibilitar maior desenvolvimento de atividades de EAD (inclusive das disciplinas curriculares), a formação profissional continuada e o atendimento online ao aluno, para ampliação de cursos de graduação e de pós-graduação (lato e stricto sensu) e para aquisição de laboratórios de Informática. A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino realizada de forma não presencial, síncrona (simultaneamente) ou assíncrona (a qualquer tempo), utilizando-se de metodologia própria, como o emprego de meios de comunicação que proporcionem interatividade total entre os discentes e os docentes dos cursos. Essa modalidade de ensino necessita de profissionais preparados para a elaboração de materiais didáticos específicos, para a administração de cursos e para a adoção da metodologia e das

ferramentas aplicadas em EaD.

A oferta da Educação a Distância, de acordo com o art. 80 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), foi regulamentada pelo Decreto nº 5.622/2005, que caracterizou, no seu art. 1º, a Educação a Distância (EaD) como sendo uma modalidade educacional, na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a

utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

O objetivo do IFPI com a oferta de cursos na modalidade EAD é o de atender, com maior abrangência geográfica, à demanda das diversas comunidades e empresas com as especialidades e competências dos docentes de seus diversos campi, sem a existência de barreiras de distância, além de proporcionar suporte e implemento de qualidade para os conteúdos dos cursos presenciais. A estrutura curricular dos cursos a distância deverá acompanhar a filosofia já existente nos cursos técnicos e de graduação do IFPI, sofrendo adaptações necessárias às diretrizes curriculares nacionais para os cursos e as especificidades da modalidade a distância. O objetivo da EaD, num contexto bem amplo de inclusão, é atender a uma crescente democratização do ensino, criando possibilidades de acesso e escolarização a um contingente de pessoas que não tem ou não teriam condições de acesso à educação escolar totalmente presencial.

No âmbito do IFPI, a oferta de cursos a distância se faz por meio de pactuações e adesões aos programas do Governo Federal, através de parcerias com municípios e estados. Neste caminho, projeta-se um aumento de ofertas de EAD dentro dos nossos campi de forma compartilhada, potencializando, assim, o incremento de matrículas com a mesma estrutura física. Exemplo disso é o Programa Escola Técnica Aberta do Brasil, e-Tec Brasil. Da alçada do Governo Federal, resulta de uma parceria firmada entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação e as universidades e escolas técnicas estaduais e federais. Foi lançado em 2007 e institucionalizado pelo Decreto nº. 6.301, de 13 de dezembro de 2007, que depois foi substituído pelo Decreto 7.589, de 26 de outubro de 2011. O programa apoia a oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância, no âmbito de um sistema de educação profissional e tecnológica. Como parte das ações do PDE, tem a finalidade de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, permitindo, também, a capacitação tanto para alunos do ensino médio quanto para os egressos. O decreto que criou o programa prevê que ele funcione em regime de

colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. O MEC é responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos. Já os estados, Distrito Federal e municípios ficam com as despesas de estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais recursos que são necessários para a instituição dos cursos.

O Ensino Técnico na modalidade a distância vem para derrubar barreiras existentes, como, por exemplo, a geográfica, tendo como suporte a evolução das TICs. No âmbito da educação profissional e tecnológica, ele se propõe possibilitar a melhoria do atual ensino ofertado na Rede Federal de Educação Tecnológica, apoiando ainda mais os cursos presenciais. As mudanças sociais, políticas, tecnológicas, dentre outras ocorridas nos últimos tempos, impactam a educação. Abrem-se demandas nem sempre suficientemente esclarecidas e também novas tecnologias que implicam ritmos de ensino – aprendizagem que impõem uma divisão acentuada de trabalho didático, planejamento e avaliação. Essas mudanças são frequentemente recebidas com resistência, que para ser vencida necessita de esclarecimento e vislumbre de contribuir, efetivamente, para novas perspectivas da vida humana.

Por meio da Rede e-Tec Brasil, o IFPI alcança as suas finalidades e objetivos socioeducacionais em regime de colaboração com as redes que ofertam educação profissional e tecnológica, obedecendo às seguintes diretrizes para estabelecer rede nacional de formação, de serviço, de professores, tutores, coordenadores, equipes técnicas de orientação escolar e de pessoal da área técnica, voltada para a educação profissional e tecnológica, utilizando os recursos e metodologias da modalidade de educação a distância para:

- a) Promover a formação continuada de professores da educação profissional e tecnológica a distância;
- b) Incentivar a participação de professores em projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias educacionais na área de formação inicial e continuada de professores para a educação profissional e tecnológica;
- c) Formar profissionais em educação profissional e tecnológica.
- d) Democratizar, expandir e interiorizar a oferta de cursos de educação

profissional e tecnológica, na modalidade de educação a distância;

e) Reduzir as desigualdades de oferta de ensino profissional entre as diferentes regiões do País;

f) Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino básico, apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Outra forma de oferta de cursos a distância, no âmbito do IFPI, refere-se à Universidade Aberta do Brasil (UAB), que foi criada pelo Ministério da Educação (MEC)

Em 2005 com o intuito de expandir a oferta de cursos superiores em instituições públicas, de graduação ou pós-graduação, principalmente para o interior do Brasil. A UAB também incentiva a criação de centros de formação permanentes por meio de polos de apoio presencial em localidades de fácil acesso aos estudantes. O objetivo é articular ações entre as instituições públicas de ensino superior e os entes estaduais e municipais, num processo de parcerias e pactuações.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um projeto construído pelo Ministério da Educação em parceria com os Estados, Municípios e Universidades Públicas de Ensino Superior para oferta de cursos de Graduação, Pós-Graduação, Aperfeiçoamento e Extensão Universitária visando ampliar o número de vagas na educação superior, com prioridade para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério.

O Sistema iniciou as atividades em 2007 e, em 2018, contava com a participação de 115 instituições públicas de ensino superior, 730 polos universitários espalhados pelo Brasil e 200 mil alunos ativos. Para o processo de ensino e aprendizagem, o aluno encontra suporte pedagógico nos professores de cada disciplina, nos tutores a distância e nos tutores presenciais.

O aluno possui dois ambientes para a realização dos estudos: presencial no Polo e virtual no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), tendo como forma de ingresso o vestibular e, nas pós-graduações, geralmente o ingresso se dá pela análise do currículo. Deste modo, no âmbito do IFPI, em relação à EaD, ainda há ações que objetivam: fomentar o desenvolvimento e utilização das TICs; estimular a utilização das TICs na educação presencial; e possibilitar a utilização de 20% da carga horária dos cursos

presenciais com atividades a distância. Para a oferta de 20% da carga horária a distância, já existe a Resolução CONSUP nº15, de 24 de abril de 2019, que estabelece normas para a inclusão de disciplinas a distância nos cursos de graduação do Instituto Federal do Piauí. Além disso, estão sendo viabilizadas ações que visam disponibilizar ambiente virtual de ensino-aprendizagem para os cursos presenciais e estimular o desenvolvimento de material didático, conteúdos digitais, vídeos e softwares educacionais. Por fim, vale ressaltar, que esta é a terceira oferta deste curso no âmbito do IFPI. As ofertas anteriores (2020 e 2022) configuraram-se um sucesso tanto no funcionamento e organização do curso, como no número expressivo de egressos, o que destaca a importância de novas turmas acontecerem.

3 PARTICIPANTES

Poderão participar do curso profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), preferencialmente aqueles/as que atuam ou que pretendem atuar em espaços e funções de gestão na Educação Profissional e Tecnológica pública, em especial na direção e na vice-direção de escola, coordenação pedagógica, orientação educacional e supervisão de ensino, dentre outros. Os/as candidatos/as ao ingresso no Curso devem atuar no estado de Alagoas.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Promover o aprimoramento dos conhecimentos em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de reflexões teórico-críticas e contextualizações práticas, considerando as especificidades dessa modalidade educacional e os compromissos com a educação pública emancipatória, na perspectiva da gestão democrática e participativa.

4.2 Objetivos Específicos

1. Compreender os fundamentos de uma gestão escolar participativa e democrática.

2. Examinar as políticas públicas e a legislação educacional em uma perspectiva histórica e crítica e suas implicações para a oferta e para as condições de desenvolvimento da EPT.
3. Analisar as relações entre gestão pedagógica, administrativa e de pessoal, considerando os objetivos da escola e as práticas de organização e gestão com foco na melhoria da aprendizagem.
4. Conhecer ferramentas de gestão e formas de organização do trabalho escolar considerando preceitos democráticos, participativos e dialógicos em vista do planejamento acadêmico, da (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino e da avaliação institucional.
5. Discutir os aspectos dos ambientes social, cultural, econômico e político a serem considerados na configuração situacional de escolas que ofertam a EPT.
6. Refletir sobre a relação trabalho, sociedade e educação e suas implicações para a formação humana omnilateral, politécnica e emancipatória.
7. Estabelecer as relações entre teorias e práticas de gestão na EPT à luz da necessidade da formação humana integral e da relação com o mundo do trabalho.
8. Conhecer o teor das propostas de gestão pública educacional dos organismos multilaterais internacionais e suas implicações para a EPT brasileira.
9. Refletir sobre as relações de poder no cotidiano escolar considerando a perspectiva da gestão democrática e os compromissos da formação humana integral e emancipatória na EPT.
10. Analisar formas mediante as quais os/as gestores/as podem atuar na mobilização para o diálogo entre coletivos escolares na EPT, sobretudo para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias orientadas por valores éticos de emancipação social.

11. Discutir formas de condução ao diálogo da escola com a comunidade externa, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público.
12. Explicitar valores e normas do serviço público e a importância do controle social, das relações com os sistemas de ensino, comunidades e movimentos sociais para a efetivação da gestão democrática e participativa.
13. Compreender estratégias de inclusão social e educacional na EPT baseadas nos preceitos da igualdade, equidade e valorização das diversidades (culturais, étnicas, raciais, de gênero, orientação sexual, etárias, das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, regionais, territoriais, políticas e religiosas).
14. Verificar formas de fomento à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive por meio de políticas institucionais.
15. Discutir as conexões entre o planejamento acadêmico e a avaliação institucional como meio de efetivar a gestão democrática e participativa.
16. Averiguar formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O perfil profissional desejado para os/as egressos/as deste curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica está centrado no entendimento crítico de como agir, em face das complexas situações do mundo do trabalho, na gestão de instituições, coletivos de trabalho pedagógico e na implementação de políticas públicas concernentes a essa modalidade educacional. Isso pressupõe ter em vista:

- o conhecimento sobre como investigar o ambiente social, cultural, econômico e político em que se situa a escola;

- a compreensão das relações de poder, da importância da comunicação interna e externa à escola e do trabalho em equipe;
- o planejamento dialógico, a (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino, a avaliação institucional e a implementação de ferramentas de gestão e de novos processos de organização do trabalho escolar e pedagógico de forma democrática e participativa;
- a mobilização da capacidade de diálogo dos coletivos escolares para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias destinadas a enfrentar os desafios sociais, educacionais, econômicos e ambientais que surgem, pautadas pelos valores da ética e da emancipação social;
- a implementação de processos que visem à inclusão social e educacional, à igualdade e ao respeito às diversidades culturais (culturais, étnicas, raciais, geracionais, de gênero, orientação sexual, territoriais, políticas e religiosas e de pessoas com deficiência);
- a transparência na gestão dos recursos, privilegiando ampla discussão e decisão em relação à sua aplicação;
- a valorização dos membros da comunidade escolar, dando voz e escuta ativa aos/às estudantes e às suas representações, aos/às docentes, pais, mães ou responsáveis, funcionários/as técnico-administrativos e conselho escolar ou órgãos colegiados;
- o amplo diálogo com a comunidade, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público;
- o comprometimento com os valores e as normas do serviço público, a cultura do controle social, a valorização das relações com os sistemas de ensino, as comunidades e os movimentos sociais, na perspectiva da gestão democrática e participativa;
- a participação da escola em redes de cooperação comprometidas com a expansão da EPT pública, democrática, inclusiva e emancipatória;
- a divulgação dos sucessos obtidos pelo coletivo da escola, seus/suas professores/as, estudantes e técnicos/as administrativas;

- as formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

6 JUSTIFICATIVAS

O mundo atual caracteriza-se pela fragmentação e pela dispersão da produção econômica, pela hegemonia do capital financeiro, pela rotatividade de mão de obra, pela obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias, pelo desemprego estrutural, pelas desigualdades, causando exclusão social, econômica e política.

Para além desses aspectos, a sociedade contemporânea é marcada por uma descentralização do poder, com ênfase na multiplicidade e na diversidade de perspectivas e de identidades (Veiga-Neto, 2007). Esse entendimento abre a discussão sobre a identidade das instituições de Educação Profissional e Tecnológica como lugares de construção de diálogos e compromissos com a educação pública, gratuita e de qualidade, compreendida como recurso necessário para a transformação dessa realidade.

Nessa direção, espera-se que uma instituição de EPT, além de oportunizar o acesso a todos/as, seja também aquela de cuja construção todos/as possam participar, de modo que sua atuação social corresponda aos interesses mais amplos da sociedade. É preciso considerar, todavia, que a gestão das instituições de ensino de EPT se contextualiza em um cenário sócio-histórico complexo, marcado por rupturas, contradições e desafios em relação às políticas públicas específicas para esse campo.

Assim, o exercício da gestão implica, além da inerente dimensão técnica, a necessidade de postura reflexiva e crítica por parte de quem a exerce, em relação às questões políticas que desenham as relações de poder, com as diferentes instâncias da esfera pública, as instituições de EPT e a sociedade.

Fazer gestão na EPT implica enfrentar as contradições históricas que a constituem, fruto da divisão social de classes e da hegemonia do capital, e a consequente exclusão social, econômica e política, fundamentada na divisão social do trabalho.

Esse movimento impõe o enfrentamento da tensão entre o senso comum educacional, que defende a aplicação de métodos e de princípios da administração empresarial capitalista alinhada aos desígnios do mercado, em contraposição a uma concepção de cunho crítico-emanipatório, que considera a condição cultural e histórica do trabalho pedagógico e do papel social da escola, o processo pedagógico como sua especificidade e sua dimensão democrática como práxis social e política (Paro, 2010; 2020).

Assim, ressignificar o papel e a práxis do/a gestor/a na EPT implica entender a sua condição política, redimensionando as relações sociais de poder no interior da escola e dela com a sociedade, construindo um processo de caráter eminentemente democrático. Nessa perspectiva, é fundamental a compreensão de que a gestão educacional e escolar na EPT carrega em si o compromisso de promover a participação ativa de estudantes, educadores/as e membros da sociedade no processo de tomada de decisões e na organização das instituições de ensino.

Considerando a gestão de uma instituição como mediação para a realização de determinados fins, não há como ensinar valores democráticos sem que as práticas institucionais estejam imbuídas nesses mesmos princípios e significados. Essa abordagem, comprometida com a transparência, com a inclusão, com a responsabilidade compartilhada e com o fortalecimento da comunidade educacional, visa a possibilitar uma educação de qualidade e a formação cidadã dos/as estudantes.

Trata-se, portanto, do exercício da cidadania que possibilita a apropriação e a construção da instituição escolar como um território verdadeiramente público. Assim, a gestão na EPT deve estar voltada a possibilitar o engajamento

de diferentes sujeitos na realização dos objetivos institucionais. Para Ângelo Ricardo de Souza (2009, p. 125), trata-se de

[...] um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas.

Sendo assim, a oferta do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica com tais concepções se justifica, tendo em vista a necessidade de formação nessa área como uma oportunidade aos educadores e às educadoras que atuam ou que desejam atuar em espaços e em funções de gestão na EPT, para conhecimento, planejamento, implementação e acompanhamento de políticas e de processos da Educação Profissional e Tecnológica em instituições públicas.

No processo de formação para a gestão na EPT, o que se coloca é a necessidade de compreensão do referencial que sustenta a práxis crítica, reflexiva, democrática e emancipatória, tanto dos membros da comunidade escolar quanto da própria instituição, procurando superar a contradição que existe entre uma educação democrática e uma gestão puramente gerencial (Paro, 2010). É de fundamental importância que o/a gestor/a se apoie nos pressupostos da teoria crítico-dialética, relacionando-a com a prática social, e que esteja comprometido/a em resolver problemas da educação no contexto da escola, além de buscar atender aos interesses da classe trabalhadora e da transformação social (Veiga, 2018).

Considerando o caráter público da educação, a gestão democrática, portanto, demanda relações fundadas em regras de colaboração, corresponsabilidade e solidariedade entre os diferentes segmentos que constituem cada instituição. Trata-se, portanto, da gestão social que se contrapõe ao modelo de gestão estratégica das instituições mercantilistas, por meio da qual o processo decisório é exercido pela participação ativa e solidária dos diferentes sujeitos sociais, fundamentado na ação dialógica a fim de alcançar a

integralidade da dimensão humana (Tenório, 1998, 2006). Esse diálogo coletivo, constituinte do modelo de gestão social das instituições,

vai significar que a legitimidade das decisões deve ter origem em espaços de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Espaços onde se articulam diferentes atores que vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões de produção (Tenório, 2006, p. 1147).

Isso representa um grande desafio, na medida em que implica a mudança de lógica dos processos autoritários para um processo educativo de comprometimento e de construção da autonomia baseada no compromisso com os objetivos maiores da instituição. Como afirma Denise Leite (2005), a participação permite que os atores institucionais criem e recriem os processos constituintes de organização e de funcionamento em cada instituição.

Considerando os aspectos apontados, o que se propõe como percurso formativo é o aprofundamento da formação crítico-dialética em relação às dimensões científicas, sociais e políticas da EPT. Com isso, espera-se que os/as profissionais da educação possam ter acesso aos subsídios teóricos para planejar e desenvolver formas e estratégias de gestão das instituições de educação, de modo a constituir espaços educacionais que possibilitem a criação de condições para a formação integral do ser humano (Paro, 2010; Ramos, 2008).

Desse modo, o percurso formativo do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na EPT estrutura-se a partir de uma concepção de gestão social participativa e dialógica, como possibilidade para a prática educativa emancipatória e autônoma, tanto dos membros da comunidade escolar quanto da própria instituição.

7 ORGANIZAÇÃO

7.1 Princípios Pedagógicos

Além da referência legal, é preciso destacar que a Educação Profissional e Tecnológica faz parte de uma proposta de política pública de educação sintonizada com um projeto social emancipatório. Esta proposta, ao articular a oferta educacional (ampliada e interiorizada) com uma concepção histórico-crítica do processo educativo, busca a formação omnilateral dos sujeitos. A intencionalidade de tais políticas é a de que estas estejam vinculadas ao contexto social em que são implantadas e a de que a educação seja considerada

[...] não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2011, p. 17).

Dessa maneira, as referências tecnicistas das diferentes versões históricas da Educação Profissional e Tecnológica à sua gestão, bem como seu objetivo limitado à formação/qualificação de mão de obra, são substituídas por uma visão humanista e vinculada aos problemas do mundo do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, a proposta curricular do curso assume a concepção da EPT em uma perspectiva crítico-dialética e emancipatória. Para tanto, orienta-se pelos princípios que regem a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT definida pela Setec/MEC: a formação humana integral; o trabalho como princípio educativo; a prática social como produtora de conhecimentos; a indissociabilidade das dimensões do processo educativo; e os educandos como produtores de conhecimento (Brasil, no prelo, p. 22–28).

Formação humana integral

Em termos da formação humana integral, a gestão educacional e escolar da EPT pode contribuir para superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que executam e a hierarquia de conhecimentos subordinada à diferenciação das classes sociais.

A perspectiva de formação humana integral, no âmbito da EPT, requer que o trabalho de gestão educacional planeje e desenvolva, em conjunto com os profissionais da EPT, estratégias para superar os entraves relacionados aos investimentos financeiros, à estrutura física necessária para o funcionamento das atividades educacionais, ao desenvolvimento dos recursos tecnológicos e às políticas de valorização dos profissionais da educação, com vistas à promoção da autonomia das unidades educacionais. Nessa perspectiva, a gestão precisa mobilizar a comunidade escolar para a definição de um projeto político-pedagógico cujo princípio central encaminhe o planejamento e a práxis educativa visando à formação profissional de cunho emancipatório.

Nesse sentido, faz-se necessário suprimir a hierarquia de conhecimentos de origem classista; entender a educação profissional e tecnológica como um bem público e um instrumento de valorização do trabalho e dos trabalhadores; compreender as bases materiais da formação de sujeitos históricos e da consciência de classe social; valorizar a história do trabalho e do conhecimento na constituição da humanidade e entender a realidade concreta como síntese dialética.

A perspectiva de educação integral consiste na formação omnilateral do ser humano, com desenvolvimento pleno de suas potencialidades e consciente de suas capacidades para libertar-se da alienação. A formação humana integral é, segundo Marise Ramos (2005), um dos princípios da EPT, cujas dimensões são trabalho, ciência e cultura.

A concepção de educação omnilateral, além da formação politécnica, também engloba os conhecimentos teóricos e práticos do desenvolvimento

intelectual humano, como constituintes de sua dimensão social. Para Gaudêncio Frigotto (2012, p. 267), a educação omnilateral significa

[uma] concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza.

Tal concepção crítica de educação busca considerar as relações históricas, sociais e culturais como dimensões integradas ao contexto social da vida humana (Saviani, 2008).

No movimento de constituir-se histórica e culturalmente sobre processos produtivos e, por consequência, nos processos socioculturais, o trabalho humano é concebido como práxis mediadora e transformadora da natureza pelos indivíduos, na produção de sua sobrevivência.

Portanto, para superar a formação do ser humano alienado pela divisão social do trabalho, a formação humana integrada não somente possibilita uma articulação entre educação básica e formação para o trabalho, como também oportuniza uma formação politécnica e integradora dos conhecimentos científico-tecnológicos (Ciavatta, 2014).

Nessa direção, a educação integral busca superar a formação escolar subalterna e voltada para o mercado de trabalho. Ela visa, sobretudo, a uma educação para o mundo do trabalho, cujo processo formativo objetiva a construção de conhecimentos que possibilitam o desenvolvimento da consciência crítica acerca da natureza e das contradições da sociedade capitalista, do seu domínio técnico, tecnológico e econômico sobre os seus processos produtivos. Ao estimular o aproveitamento do potencial da prática educativa em todas as suas dimensões, a formação humana integral permite transcender a visão utilitarista do ensino e libertar o ser humano da alienação, a

partir do desenvolvimento das suas capacidades de pensar, sentir e agir nas relações sociais e com o mundo do trabalho.

O trabalho como princípio educativo

A reflexão sobre a formação humana integral nos leva à questão do trabalho como princípio educativo. Esse princípio sugere que uma das atribuições dos/as educadores/as em EPT é possibilitar que o/a educando/a consiga identificar a historicidade do trabalho humano e o papel das classes sociais no desenvolvimento dos processos produtivos; entender o trabalho como elemento essencial na transformação da natureza, da sociedade e do próprio ser humano; e compreender que a ciência resulta da transformação teorizada do trabalho.

O trabalho é uma dimensão fundante na produção da vida social para a concretização de uma proposta educacional cujo objetivo é a formação humana integral. Lucília Machado (2023, p. 5) considera que “a riqueza humana criada pelos trabalhadores, inclusive em termos de novos saberes, valores e normas, teria o potencial de ser também formativa”.

No contexto da produção social capitalista, todavia, a atividade de formar plenamente o ser humano constitui-se em uma atividade desafiadora no sistema educacional. Para Frigotto (2012, p. 272–273),

o desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas.

Assumir uma perspectiva educacional que possibilite a formação humana integral exige reconhecer o trabalho como princípio educativo, cuja contribuição visa à apropriação de conceitos e de métodos científicos a partir da integração das dimensões teórica e prática na produção da vida social. Tal concepção de formação pode possibilitar que o ser humano compreenda e supere as condições

históricas de exploração e de alienação do trabalho às quais ele é submetido enquanto constituinte da classe trabalhadora, que, além de tudo, hoje, se defronta com avanço da automatização, dos algoritmos e da inteligência artificial (Machado, 2023).

Tomar o trabalho como princípio educativo na perspectiva da formação humana integral estabelece que a educação para o trabalho se torne formação humana na amplitude do seu potencial físico e intelectual e na perspectiva emancipadora do ser social. Ademais, o trabalho como princípio educativo possui significado quando, no processo formativo, são consideradas a historicidade das ações humanas, a realidade socioeconômica em suas contradições, as condições tecnológicas concretas e a totalidade da vida social. Nessa perspectiva, os processos educacionais são tomados como práticas sociais intencionais de construção e de apropriação de conhecimentos, de desenvolvimento de técnicas e de tecnologias no âmbito do desenvolvimento da ciência e da cultura.

A partir da concepção do trabalho como princípio educativo *na e para* a perspectiva de educação integral e emancipatória, é fundamental refletir sobre o papel e a contribuição da gestão escolar e educacional nesse processo.

Inicialmente, considera-se que o planejamento, a organização e o acompanhamento das atividades das instituições escolares devem possibilitar a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente. Nesse processo, entende-se que tais ações devem possibilitar a discentes, docentes e demais profissionais da educação a organização e o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem em condições para ampliar e aprofundar a relação teórico-prática na produção do conhecimento para a formação integral do ser humano, particularmente daqueles que vivem do trabalho. Nessa direção, Kuenzer, Abreu e Gomes (2007, p. 472) assinalam que

ensinar a conhecer, enquanto capacidade de agir teoricamente e pensar praticamente é a função da escola; esse aprendizado não se dá espontaneamente pelo contato com a realidade, mas demanda o domínio das categorias teóricas e metodológicas pelo aprendizado do

trabalho intelectual. As novas demandas de articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito reforçam a necessidade de ampliação crescente das oportunidades de acesso ao conhecimento com qualidade como condição necessária à inserção e à permanência nas relações sociais e produtivas para os que vivem do trabalho.

Assim, o trabalho é considerado princípio educativo na medida em que a escola desenvolve as condições concretas para a construção de uma práxis educativa ancorada na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.

A partir dessa práxis, é importante refletir como a gestão escolar e educacional pode contribuir para a superação das formas de organização escolar ancoradas em tendências pedagógicas e práticas de ensino fragmentadas e utilitaristas. Para isso, as práticas de gestão escolar e educacional devem possibilitar a articulação entre ciência, cultura, tecnologia e sociedade, tomando o trabalho como princípio educativo.

Prática social como produtora de conhecimentos

A luta diária da humanidade se constitui como um laboratório de vivências e de produção de saberes fundamentais para a sobrevivência individual e coletiva. Assim, a prática social é que possibilita a elaboração de teorias explicativas e de soluções no plano material e imaterial para os desafios da coletividade. Nessa perspectiva, o conhecimento é entendido como produção social coletiva; é necessária a valorização da sabedoria popular vinda da prática diária; a relação prática-teoria-prática informa dialeticamente a ação educativa.

Um dos desafios da gestão na EPT consiste em organizar a instituição e mobilizar as pessoas para que uma educação capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho seja ofertada. Isso exige do/a gestor/a um olhar cuidadoso e atento para a escola, no entendimento desta como um espaço de construção de saberes, como um caminho para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas inter-relações com o mundo da vida social e do conhecimento. Ou seja, o/a gestor/a precisa reconhecer e tratar a escola como espaço público onde ocorre

ensino, extensão e pesquisa como "prática social de conhecimento" (Santos, 1989).

Na mesma direção, Cipriano Luckesi (1985, p. 49) coloca como pressuposto básico "que o conhecimento só nasce da prática com o mundo, enfrentando os seus desafios e resistências, e que o conhecimento só tem seu sentido pleno na relação com a realidade". Para esse autor, o conhecimento compreende três dimensões: inicialmente, como compreensão e transformação do mundo; em segundo lugar, como subsídio para a ação; e, em um terceiro momento, como condição para a libertação. A ação sobre o mundo com vistas à sua transformação exige que o sujeito o compreenda e o interprete.

Os conhecimentos historicamente produzidos para compreensão do mundo foram e são desenvolvidos por um conjunto de sujeitos sociais e são, portanto, históricos e sociais. "Histórico, porque cada conhecimento novo é um aprofundamento de conhecimentos anteriores; e social, porque nenhum sujeito constrói um conhecimento totalmente novo" (Tozoni-Reis, s/d, p. 3).

Nesse sentido, entende-se, a partir desse princípio pedagógico, que cabe ao/a gestor/a criar condições e mobilizar as pessoas para pensar a escola como lugar de busca, de estudo, de conhecimento, de explicação e de compreensão do mundo de forma crítica e reflexiva. Isso implica o permanente diálogo entre a teoria e a prática, motivados por ações do sujeito, inclusive no cotidiano, e demonstra que não basta preencher os requisitos do sistema, sendo necessário, igualmente, diminuir o abismo entre áreas do conhecimento, entre o técnico e o humano.

A análise da prática social como produtora de conhecimento, no contexto da gestão escolar e educacional, implica, necessariamente, repensar a função da educação escolar.

Na perspectiva da gestão social e emancipatória, a gestão escolar e educacional requer que os diversos atores participantes desse processo atuem para não secundarizar a função social intrínseca à educação escolar. Nessa direção, Saviani (2008) defende que a escola deve orientar-se pelo propósito de

contribuir com o desenvolvimento integral do ser humano. Para o referido autor, a educação escolar, a partir da concepção histórico-crítica,

[...] envolve a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação (Saviani, 2008, p. 80).

Assim, tanto os desafios da gestão escolar e educacional quanto a implementação da prática social como produtora de conhecimento consistem em criar e em assegurar coletivamente as condições técnicas, pedagógicas e políticas que possibilitem o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos, tecnológicos, científicos e culturais.

Nesse sentido, é fundamental que a gestão escolar reflita sobre a importância da participação ativa dos diferentes sujeitos e segmentos da escola, promovendo-a, a partir do seu compromisso político como horizonte para a construção de uma realidade educacional transformadora (Saviani, 2008).

Indissociabilidade no processo educativo

A indissociabilidade no processo educativo se refere à inseparabilidade contida na expressão ensino-pesquisa-extensão, porquanto, partes de um mesmo processo, que deve permear toda a atividade educativa, a saber: ensino-pesquisa-extensão praticados como partes indissociáveis; integração dialética entre teoria e prática; não hierarquização dessas dimensões no processo educativo.

Na política de formação de profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, o princípio da indissociabilidade no processo educativo requer a integração ensino, pesquisa e extensão como dimensões do conhecimento para promover uma formação acadêmica voltada para a realidade social e, portanto, em diálogo constante com a comunidade.

A indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, desde a educação básica, é essencial para proporcionar uma educação mais abrangente, estimulante e conectada com a realidade. Essa integração fortalece a formação dos/as educandos/as, instiga a produção de conhecimento e promove o desenvolvimento social e econômico, contribuindo para o progresso da educação e da sociedade.

A indissociabilidade, a partir do desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras em oposição às tradicionais práticas fragmentadoras do saber, requer soluções ético-políticas institucionais, com definição de finalidades educacionais emancipadoras, capazes de promover a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educacional (Araujo; Frigotto, 2015).

A articulação ensino, pesquisa e extensão – sem afastar as especificidades de cada uma dessas atividades – é um princípio orientador que possibilita a construção da perspectiva de educação humana integral. Tal processo deve considerar a realidade social, econômica, tecnológica e cultural na qual cada instituição está inserida, em cumprimento às suas finalidades e aos seus objetivos estabelecidos no plano de desenvolvimento institucional.

A materialização da integração entre ensino, pesquisa e extensão, na prática acadêmico-científica e cultural, todavia, não se restringe às atividades desenvolvidas entre professores/as e estudantes, pois a indissociabilidade deve ser entendida como atribuição institucional e, portanto, requer o envolvimento dos múltiplos sujeitos que integram cada instituição educacional, especialmente daqueles/as que atuam na gestão e na condução das políticas institucionais. Nessa linha interpretativa, Araújo e Frigotto (2015, p. 64) consideram que, para que se desenvolvam práticas pedagógicas integradoras, são necessárias não somente soluções didáticas, mas também políticas, as quais são fundamentais para que o projeto de ensino integrado se efetive com a plenitude do seu significado político de transformação.

Colocar em prática o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, desde as ações de gestão, portanto, impõe um esforço institucional que

visa a superar o modelo educacional alicerçado no trabalho fragmentado entre os segmentos que planejam/decidem e os que executam as atividades que visam ao alcance dos objetivos e das finalidades da educação.

As ações de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do país. Isso porque a produção de conhecimento, a formação de profissionais qualificados e o trabalho em parceria com a sociedade geram impactos que promovem o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas (Gonçalves, 2015).

A integração entre ensino, pesquisa e extensão como conceitos indissociáveis fortalece o sistema educacional. Ao integrar teoria e prática, promover a produção de conhecimento e se envolver ativamente com a comunidade, as instituições de ensino se tornam mais relevantes e conectadas com as necessidades e com as demandas da sociedade. Isso contribui para elevar a qualidade socialmente referenciada da educação, propiciar a valorização do ensino, da pesquisa e da extensão e impulsionar o desenvolvimento educacional do país (Severino, 2009).

Nessa perspectiva, também a relação entre conhecimentos técnicos e propedêuticos em percursos formativos distintos está sujeita a um movimento de superação com base na indissociabilidade entre os conhecimentos que sustentam a preparação para as funções intelectuais, voltados para ação de planejamento e de supervisão, e os conhecimentos instrumentais, que sustentam a prática das atividades de execução.

O reconhecimento da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão requer a promoção de uma nítida articulação entre essas atividades, para além da dimensão pedagógica. Todavia, tal integração não se faz sem o envolvimento e a efetiva participação das múltiplas instâncias de gestão escolar e educacional.

Para alcançar maior amplitude na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, requer-se a institucionalização do trabalho coletivo e participativo na e da gestão escolar e educacional, com vistas ao

acompanhamento das atividades de planejamento e de desenvolvimento da educação. Conforme orientam Maciel, Jacomeli e Brasileiro (2017, 483–484),

a gestão organizacional, integrada à gestão pedagógica, deve estar embasada, além dos imprescindíveis conhecimentos pedagógicos, em uma orientação teórica que possibilite a gestão administrativa e política da escola. Nesse sentido, a gestão organizacional não pode se reduzir a uma pura e simples execução de políticas federais, estaduais e municipais. A compreensão de uma gestão profissionalizada [...] não está em contradição com a democratização da escola, em particular com seus processos decisórios, mas em sintonia com as novas demandas da complexidade da gestão educacional.

Para esse fim, portanto, compreende-se que é atribuição da gestão escolar e educacional encarregar-se do planejamento e do acompanhamento das condições políticas, administrativas, de infraestrutura e de financiamento para atendimento das demandas pedagógicas, técnicas e tecnológicas, como meios que possibilitam o alcance do princípio de indissociabilidade.

Assim, o currículo do Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica busca contribuir para a percepção dos/as gestores/as da necessária superação da dicotomia entre ensino, pesquisa e extensão, teoria e prática e conhecimentos técnicos e propedêuticos, de forma a buscar um constante diálogo com a sociedade e com o mundo do trabalho.

Educando/a como produtor/a do conhecimento

A pesquisa como princípio pedagógico trabalha a relação e a articulação dos saberes para a produção de conhecimento e para a intervenção social, com vistas a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Tratar a pesquisa numa ótica pedagógica é compreendê-la como agente possibilitador de emancipação humana, que propicia ao/à estudante a produção de novos conhecimentos, a compreensão da sua realidade e a construção e o fortalecimento de sua autonomia.

O fomento à pesquisa como uma prática diária entre estudantes e educadores/as é uma atividade reflexiva e investigativa, num movimento de ação-reflexão-ação, que proporciona o conhecimento teórico e empírico acerca das temáticas a serem investigadas, repercutindo no processo educativo e formativo do sujeito.

O ato de pesquisar baseia-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio pedagógico, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. O desafio colocado à pesquisa é ir além da descoberta científica, pois o seu compromisso com a humanidade deve representar a conjugação do saber, do fazer e do transformar. Os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e de valorização no plano nacional e global.

A pesquisa como princípio pedagógico deve ser um dos pilares da atividade acadêmica na EPT. Nesse sentido, tem-se como um dos objetivos da EPT a formação de pessoas voltadas à investigação, à inovação e à difusão de conhecimentos de forma crítica e reflexiva, buscando, com responsabilidade, o desenvolvimento científico, social, econômico, ambiental e tecnológico, do âmbito local ao internacional.

Entendida como elemento articulador do currículo e como um caminho didático e investigativo para aprendizagem, a adoção da pesquisa como princípio pedagógico estabelece uma nova dinâmica em sala de aula. É uma perspectiva que visa à autonomia do/a estudante, tornando o processo de ensino dialógico, e a aprendizagem mais significativa, democrática e comprometida com sua formação integral.

Cabe aos/às gestores/as mobilizar os/as demais educadores/as para que contribuam com o desenvolvimento de atitudes de pesquisador nos/as estudantes, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. Por meio da pesquisa, o/a professor/a pode desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o

princípio da ação-reflexão-ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível.

Além disso, os/as gestores/as devem promover o debate para a organização de um currículo que garanta, em seu espaço e nos seus movimentos, a pesquisa como princípio educativo, de modo que este não seja apenas uma prática e/ou iniciativa individual de cada docente, e sim uma dinâmica fundamental em toda organização curricular.

Apoiados no entendimento advindo das Diretrizes Curriculares Nacionais para EPT sobre a pesquisa como princípio pedagógico, do ponto de vista da organização curricular, são necessárias novas formas de seleção e de organização dos conteúdos.

Esses processos devem contemplar o diálogo entre as áreas de conhecimento, supondo a primazia da qualidade do conhecimento construído na relação com o/a estudante sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica e a preferência do significado social do conhecimento ante os critérios formais inerentes à lógica disciplinar.

O desenvolvimento do trabalho das instituições educativas, na perspectiva da formação humana integral, tendo a pesquisa como princípio pedagógico, com vistas à sua emancipação, é fundamental para a constituição do/a educando/a como produtor/a do conhecimento.

Tal perspectiva de gestão escolar e educacional tem como pressuposto o desenvolvimento de práticas institucionais que visam a contribuir com os fins da EPT, para incentivar a pesquisa e a autonomia dos/as educandos/as. A finalidade dessa articulação é que essa concepção na e da EPT deve ter como fundamento as características e as especificidades do processo de trabalho/produção pedagógico escolar (Paro, 1986; 2010), na qual o/a educando/a ocupa espaço central como sujeito produtor do conhecimento.

É, pois, nesse contexto, que os/as gestores/as na e da EPT devem refletir sobre a criação e o aperfeiçoamento das condições administrativas concretas para o desenvolvimento do/a educando/a como produtor/a do conhecimento.

Nessa direção, a pesquisa entendida como princípio pedagógico, com integração entre os saberes que os/as educandos/as já detêm e o conhecimento científico histórico e socialmente produzido, possibilita a intervenção social, com vistas a contribuir para o desenvolvimento individual e coletivo.

Como é possível perceber, os princípios que regem a Política Nacional de Formação de Profissionais da EPT sustentam transversalmente o currículo do Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, articulando os conceitos e sua relação com a prática da gestão na e da EPT.

Para tanto, as unidades temáticas e os conhecimentos a serem discutidos em cada uma delas estão organizados para buscar a superação da dicotomia teoria e prática, bem como da dicotomia entre os conteúdos técnicos e propedêuticos na formação técnica, encaminhando para a construção de saberes que sustentam a concepção de gestão democrática, participativa, inclusiva e emancipatória nas instituições de EPT.

7.2 Organização curricular

Este curso é uma ação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, destinada a estabelecer princípios e objetivos para programas e ações de profissionais para atuação na EPT, a serem implementados em regime de colaboração entre os sistemas de ensino em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, dois outros cursos de pós-graduação *lato sensu* serão oferecidos também na modalidade a distância. Sua organização curricular é compartilhada e se compõe de 02 (dois) núcleos, denominados comum e específico. O núcleo comum integra os três cursos, enquanto o núcleo específico é destinado a abordar as particularidades de cada curso.

A Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, disponibilizará um cronograma nacional para a oferta dos três cursos iniciais no âmbito da Política de Formação de Profissionais para a EPT, nele constando um roteiro de implementação destinado a todas as instituições ofertantes do curso, ajustável de acordo com a realidade e as peculiaridades locais da oferta.

Conforme apresentado no Quadro 1, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância, se organiza em 02 (dois) núcleos (comum e específico), divididos em 03 (três) módulos, totalizando 10 (dez) componentes curriculares, além de 03 (três) momentos de TCC.

Em momento prévio ao início do estudo dos componentes curriculares do núcleo comum, a IES ofertante deverá apresentar ao/à estudante as principais funcionalidades do Ambiente Virtual do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas múltiplas possibilidades interativas que serão disponibilizadas ao longo do processo formativo do/a educando/a, com ênfase nas características e especificidades da educação a distância.

Quadro 1 – Organização curricular e distribuição de carga horária do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

MÓDULO	NÚCLEO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA (h)
MÓDULO 1 (105h) 1º Semestre	NÚCLEO COMUM (90h)	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	30
		Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos I	30
		Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos II	30
	TCC 1º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso I	15
MÓDULO 2 (135h) Gestão: planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação 2º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	Gestão Educacional	30
		Políticas Públicas e Legislação para a EPT	30
		Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica	30
		Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica	30
	TCC 2º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso II	15
MÓDULO 3 (120h) Diversidades na EPT integral e integrada 3º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h)	Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada	30
		Gestão para a Inclusão e Diversidades	30
		Gestão para a Permanência e o Êxito	30
	TCC 3º Momento (30h)	Trabalho de Conclusão de Curso III	30
Carga horária total do curso			360

O TCC deverá ter o formato de Relatório de Formação a ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Formação, proposto pelo/a discente,

ao término dos componentes curriculares do Núcleo Comum (TCC I), em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e com a tutoria, de forma que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da gestão na EPT. A execução desse componente curricular (TCC) ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do/a discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- **Primeiro momento - TCC I** (15h): acontecerá após a conclusão dos componentes curriculares do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.
- **Segundo momento - TCC II** (15h): acontecerá após a conclusão dos componentes curriculares do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.
- **Terceiro momento - TCC III** (30h): elaboração final do Relatório de Formação (TCC).

7.3 Matriz curricular: componentes curriculares, ementas e bibliografias

A seguir, são apresentados os objetivos, as ementas e as bibliografias básica e complementar de cada componente curricular do curso.

Componentes curriculares do do núcleo comum

Componente Curricular: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 30h
Objetivo: Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura

digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.

Ementa: Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura Digital:** novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483–500, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e–28275, abr. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80–97, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias | Congresso de Ensino Superior a Distância | Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. Anais do CIET:CIESUD:2022*, São Carlos, set. 2022. Disponível em:

<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias | Congresso de Ensino Superior a Distância | Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Bibliografia complementar:

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos; MARQUES, Ivoneide B. de A. S. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202–220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24–38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduculings/article/view/6353>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Componente Curricular: Trabalho–Educação: fundamentos teóricos e didáticos I

Carga Horária: 30h

Objetivo: Trazer, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

Bibliografia básica:

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: diálogos possíveis. **Educação, Sociedade & Cultura**, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35–51, 2009. Disponível em:

<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 47, p. 38–45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, p.2–12, jan.–mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 25, n. 2, p. 18–29, maio–ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 1–38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4–30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26–37, 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista Holos**, [s.l.], v. 8, p. 219–232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51–63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27–40, 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331–355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516–533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [s. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. In: **EMdiálogoamazonia**: Ensino Médio em foco, 2013. Disponível em: <http://emdiologoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19–28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência e coletiva**, v. 25, n.1, dez. 2019–jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas.

Revista Humanidades e Inovação, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci.

Revista Labor, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19–31, 2019. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_Itsilvapnosella.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

Recursos educacionais:

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / **A Pedagogia Histórico–Crítica**.

Youtube, 2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT**: narrativas e memórias sobre os

Institutos Federais. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** – parte I. Youtube, 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** – parte II. Youtube, 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 26 jan. 2024.

IndustriALL_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**.

Youtube, 2020. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 26 jan. 2024.

Componente Curricular: Trabalho–Educação: fundamentos teóricos e didáticos II

Carga Horária: 30h

Objetivo: Propiciar, em continuidade à introdução do Componente Curricular Trabalho e Educação I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

Bibliografia básica:

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, jan–abr. 2014 Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, p. 234–251, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1–27, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15–29, jan./jun. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207–218, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152–180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos** – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n.40, p. 223–237, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, maio–ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 4, n. 2, p. 86 – 113, 2014. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politécnica nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1–26. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341–347, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422–590, set./dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VnhX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. In: BOTO, Carlota. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. Novas Investigações series, v. 9. pp. 141–170, 2019. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. **O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG**. Montes Claros: IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YlgGbzhirg>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. **Os sentidos do trabalho e os conceitos essenciais da EPT**: um guia para estudantes, professores e gestores, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740867>. Acesso em: 09 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 30 jan. 2024.

Unidades temáticas do núcleo específico

Componente Curricular: Políticas Públicas e Legislação para a Educação Profissional e Tecnológica
--

Carga Horária: 30h

Objetivo: Conhecer os conceitos e as abordagens que orientam as políticas públicas no Brasil, tendo como recorte a EPT. Compreender e refletir sobre a influência dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil. Entender os impactos das políticas e do financiamento sobre a qualidade da educação.

Ementa: Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil. Produção histórica das políticas e das bases legais da educação profissional e tecnológica. Reforma do Estado e influências dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil nos anos de 1990. Políticas contemporâneas de educação (os anos 2000). A EPT nas Conferências de Educação, no Plano Nacional de Educação e na LDB.
--

Bibliografia básica:

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? Boletim Técnico do Senac , Rio de Janeiro, v. 38, n. 2,
--

maio/ago., 2012. Disponível em:
<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011. Disponível em:
<https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 5, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

DAMASCENA, Edilza Alves; MOURA, Dante Henrique. Formação de professores para a Educação Profissional: sobre políticas e perspectivas. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 30, p. 178 – 199, out./dez. 2018. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4367>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MAGALHÃES, Álcio Crisóstomo; CRUZ, José Adelson. O ‘pacto pela educação’ e o mistério do ‘todos’: Estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/0102-4698169491>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47–69, 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Eliseu Costacurta. Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 163–187, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). **Vértices**, v.24, n.2, p. 23, 236–266, maio/ago. 2022. Disponível em:

<https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973/16091>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 69–86, out./nov./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Recursos educacionais

COSTA, Alexandre Pereira; DANTAS, Aleksandre Saraiva. **Curso de Extensão:** Marcos Legais da EPT e suas bases conceituais. Mossoró, RN: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717769>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MAZUR, Luciana de Souza; MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta. **A Educação Profissional entre os anos de 1942–1961:** contribuições das leis orgânicas do ensino para a compreensão da educação no período. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/handle/123456789/488>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SILVA, Maicom Juliano Sesterheim da; TESSMANN, Martha Helena; LOPONTE, Luciana. **Introdução ao orçamento público:** a EPT no orçamento federal. Camaquã, RS: IFSul/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/644729/2/Apostila.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Componente Curricular: Gestão Educacional

Carga Horária: 30h

Objetivo: Conhecer a estrutura organizacional de uma instituição escolar. Compreender o plano de desenvolvimento institucional, o projeto político pedagógico e os planos de gestão como instrumentos de gestão democrática da escola. Refletir sobre as dimensões da gestão escolar (pedagógica, financeira, administrativa, de pessoas). Conhecer e compreender as atribuições dos profissionais que exercem funções de gestão nas instituições educativas. Compreender a relevância das relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo.

Ementa: Fundamentos e princípios da gestão educacional. Estrutura organizacional de uma instituição escolar. Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico e os Planos de Gestão. Dimensões da gestão educacional: gestão pedagógica, financeira, administrativa e de pessoas. Atribuições dos coordenadores pedagógicos das escolas. Relações

interpessoais dos envolvidos no processo educativo: ética no exercício profissional dos gestores, professores e demais profissionais da educação.

Bibliografia básica:

GRABOWSKI, Gabriel. **Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Gestao-e-planejamento-da-educacao-profissional-e-tecnologica.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 453–467, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/formacaodegestoresescolares.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 24, n. 1, p. 127–133, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/aestruturadidicaeadministrativadaescolaeaquilidadeodoensinofundamental.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11–35. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ANA, Wallace Pereira Sant; ANDRADE, Lucas Manoel; NOZAKI, Lauce Noriyo de Moraes; CASTRO, Mad Ana Desiree Ribeiro de; DIAS, Luciana Campos de Oliveira. Reflexões sobre organização e gestão na educação profissional e tecnológica: uma análise dos elementos históricos e sociológicos. **Educitec – Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 4, n. 8, 2018. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/426>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão da educação com justiça social. Que gestão dos injustiçados? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)**, v. 36, n. 2, p. 768 – 788, mai./ ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/100820/58121>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBPEA**, v. 23, n.3, p. 483–495, set/dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144>. Acesso em: 17 jan. 2024.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, v. 17, n. 72, 2008. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2634>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. Disponível em: <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. **RBPAE**, v.24, n.1, p. 127–133, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_05_18.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

Recursos educacionais

AGNOLIN, Sandra Lígia; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Reformulação de Proposta Curricular de Cursos do Ensino Médio Integrado**: um caminho possível para a integração curricular. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741169>. Acesso em: 09 jan. 2024.

KELLER, Fabiana de Oliveira; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Vamos avaliar?** proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória da política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741166>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MÜLLER, Liliane Krebs Bessel; RAVÁSIO, Marcele Teixeira Homrich. **Guia de orientações pedagógicas para o trabalho docente**. Santo Ângelo: IFFar/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433803>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Componente Curricular: Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 30h
Objetivo: Conceito de democracia e sua relação com a gestão na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como a importância das instâncias representativas e colegiadas para a construção e consolidação do projeto político-pedagógico.
Ementa: Conceito de democracia em suas dimensões histórica, política, econômica, educacional e cultural; o papel social da escola e sua contribuição para a construção da cidadania, bem como na reprodução da divisão social de classes. A gestão democrática na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como as instâncias colegiadas e representativas como locus de construção colegiada. A gestão social como espaço representativo, a partir da ação dialógica e da participação ativa dos sujeitos sociais nos processos decisórios. Os documentos institucionais como expressão da vontade coletiva e orientadores do projeto político-pedagógico da instituição de Educação Profissional e Tecnológica.
Bibliografia básica: MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, [s. l.], v. 1, n. 23, 2023. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167. Acesso em: 08 jan. 2024. MARKOF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. Sociologias, ano 15, n.º 32, p. 18–50, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/tW43qxPJdJhqQzWX37FySWp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 jan. 2024. PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763–778, set./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 jan. 2024. TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7–23, 1998. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754. Acesso em: 16 jan. 2024. TENÓRIO, Fernando Guilherme. A trajetória do Programa de estudos em gestão social (Pegs). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.40,

n.6, p. 1145–62, nov./dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tTy8F6rnJWG75RfwzZrGLDp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

APOLINÁRIO, José Antônio Feitosa; SOUZA, Diego Kehrle. Algumas considerações sobre a interdependência entre democracia e educação no pensamento ocidental. **Filosofia e Educação**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 208–244, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635378>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BASTOS, Eliana Nunes Maciel; LUZ, Iussara Any da Silva; ARTUSO, Alysso Ramos. A gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica. **Além dos Muros da Universidade** (ALEMUR), v.6, n.2, p. 01–11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4520>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GADOTTI, Moacir. Gestão Democrática com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional. **CONAE**, 2014. Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

NETO, Antônio Cabral. Democracia: velhas e novas controvérsias. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n.2, 287–312, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/mggTDX8wXtRq5X5mKLkKBwb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES–MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão. **Caderno de Pesquisa**, v. 48, n.169, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/h8K6zLFps4LjXwjknBGPYD#>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SANTOS, Gidair Lopes; SILVA, Assis Leão. A organização dos espaços pedagógicos em educação profissional e tecnológica: aproximações da literatura acadêmica. **Anais do 8º EPePe** – Encontro de pesquisa educacional em Pernambuco. Campina Grande: Editora Realize, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD1_SA105_ID79_17092021071800.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). **Vértices**, v.24, n.2, p. 23, 236–266, maio/ago. 2022. Disponível em:

<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14 ed. Campinas: Papirus, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dneADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=projeto+pol%C3%ADtico+pedag%C3%B3gico%3B&ots=MCGeYVfpdG&sig=fNuiaxw2eVeCWMS7whnZl3BjvJY#v=onepage&q=projeto%20pol%C3%ADtico%20pedag%C3%B3gico%3B&f=false>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Recursos educacionais

ALENCAR, Rendrikson Gonçalves; GOMES, Jarbas Maurício. **Gestão Democrática na EPT**: espaços de participação de pais ou responsáveis. Maceió: IFPI/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740836>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FRANZINI, Rafaela Gandolfi; REIS, Márcio José dos. **Guia Orientativo para a utilização do vídeo "IFSP: uma vivência para a democracia"**. São Paulo: IFSP/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574623>. Acesso em: 09 jan. 2024.

OLIVEIRA, Sheila Almeida; DUARTE NETO; José Henrique. **Proposta de Gestão Democrática Escolar**. Pernambuco: IFPE/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553345>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Componente Curricular: Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica

Carga Horária: 30 horas

Objetivo: Analisar a relação entre o planejamento e a avaliação institucional em uma perspectiva participativa e emancipatória e sua contribuição para o plano de desenvolvimento institucional e para o projeto político-pedagógico na e da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: Planejamento em instituições educativas com ênfase no planejamento participativo como base para a gestão democrática no âmbito da educação profissional e tecnológica. Contribuição da avaliação institucional, em especial a autoavaliação institucional na perspectiva da avaliação educacional e emancipatória. Cultura da autoavaliação como promotora da

autonomia institucional. O trabalho da gestão escolar e educacional na relação entre planejamento participativo e autoavaliação institucional, bem como sua contribuição para a construção e consolidação do projeto institucional, assim como dos documentos institucionais que os sustentam.

Bibliografia básica:

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e *rankings* escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n. 13, p. 13–29, 2009.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/349/34912395002.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

NEZ, Egeslaine de; SOUZA, Warley Carlos de. Planejamento Participativo: elementos para o debate em ação. **Educação, Cultura e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 495–509, jul./dez., 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8435>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299–1311, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3nMScNcgg4HFXrrMTTsGtc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SORDI, Mara Regina Lemes de; OLIVEIRA, Sara Badra de; SILVA, Margarida Montejano da; BERTAGNA, Regiane Helena; DALBEN, Adilson. Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 716–753, set./dez. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4073/3271>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SORDI, Mara Regina Lemes de; BERTAGNA, Regiane Helena; SILVA, Margarida Montejano da. A avaliação institucional participativa e os espaços políticos de participação construídos, reinventados, conquistados na escola. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 175–192, maio–ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/gxfglfvP5KP6XNF4PNRmRYh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba/SP, v. 19, n. 2, p. 487–507, jul. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/GVKXmvt8nrpmCkGk7dGH5Rv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. Avaliação institucional interna na perspectiva dos atores escolares da Educação Profissional e Tecnológica. **VI CONEDU**, v. 1, 2020. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65300>. Acesso em: 09 jan. 2024.

CAMPOS, Adriana Mari de Almeida Maia, CARNEIRO, Tereza Gomes. Possibilidades de articulação entre as Bases Conceituais da EPT e o PDI nos Institutos Federais. **Cadernos de Educação Básica**, 2020. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/POSSIBILIDADES-DE-ARTICULA%C3%87%C3%83O-ENTRE-AS-BASES-DA-EPT-Campos-Carneiro/dc6f199050336aea7bee8113508e2e817872ce94>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CARVALHO, Maria João de; FOLGADO, Cristina. A autoavaliação na construção da escola democrática. **Revista Lusófona de Educação**, Portugal, n. 35, p. 83–99, 2017. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5916>. Acesso em: 23 jan. 2024.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa; RODRIGUES, Lurdes. Trajetórias para a institucionalização de uma cultura de autoavaliação nas escolas – entre possibilidades e limites. **Revista de Estudos Curriculares**, Aveiro/Portugal, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.nonio.uminho.pt/rec/index.php?journal=rec&page=article&op=view&path%5B%5D=98>. Acesso em: 23 jan. 2024.

NERY, Patricia Haeser Ferreira; RIBEIRO, Josina Maria Pontes. Projeto Político Pedagógico: uma discussão sobre identidade e identidades na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). **Revista Conexão na Amazônia**, v. 2, edição especial, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/88/72>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. O fetiche da tecnologia e a Educação Profissional Técnica de nível médio: tentativa de explicação do abandono escolar. **35^a**

Reunião Anual da Anped, GT9 – Educação e Trabalho, 2012. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-1951_int.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

PEREIRA, Maria Simone Ferraz; SORDI, Mara Regina Lemes de. Avaliação institucional participativa e a busca da qualidade da escola: limites e potencialidades da participação estudantil. **Olhar de professor**. Ponta Grossa, v. 23, p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15576/209209213380>. Acesso em: 23 jan. 2020.

PERUCH, Marilda; MILAK, Roseli Rosseti; PERES, Maria Gisele. **Desafios e perspectivas nos modelos de gestão da EPT no CEDUP Abílio Paulo em Criciúma/SC**. Repositório IFSC. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1420/Artigo%20Final-%20Roseli%20e%20Marilda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SANTOS, Claudinete Maria dos; FERRI, Lúcia Maria Correa Gomes; MACEDO, Mara Elisa Capovilla Martins de. O planejamento participativo da escola como prática inovadora. **Cadernos de Educação**, Pelotas/RS, n. 41, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/2098>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SANTOS, João Alberto Neves dos; SEPULVEDA, Fernando A. Miranda; SERRAVALLE, Alberto França. Implementação do Planejamento Estratégico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/66216886.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUZA, Valesca Rodrigues; MENDES, Maria Aparecida Colares. Reflexões sobre a Avaliação Institucional nos Institutos Federais: formação ou regulação? **3º Simpósio Avaliação da Educação Superior**. Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179394/101_00798%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 jan. 2024.

Recursos educacionais

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Proposta de avaliação institucional interna para a EPTNM**. Manaus: IFAM/ProfEPT, 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552778>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FAGUNDES, Fabiana Centeno; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**: contribuições para um percurso democrático, participativo e institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SERRÃO, Yoli Glenda da Silva, LIMA, Maria Francisca Morais de. **Planejamento participativo**: como implementá-lo na educação profissional e tecnológica. Manaus: IFAM/ProfEPT. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573284>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Componente Curricular: Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada

Carga Horária: 30h

Objetivo: Conhecer e analisar os pressupostos da gestão em EPT com vistas a potencializar os processos de formação humana integral e o currículo integrado, bem como as possibilidades de instituição de políticas que sustentem as práticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão no currículo integrado e integral.

Ementa: Gestão da Educação Profissional e Tecnológica para a contribuição institucional aos processos de formação humana integral e o currículo integrado. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para um projeto educativo que dialogue com a sociedade e com o mundo do trabalho. O trabalho da gestão na proposição de políticas institucionais para o desenvolvimento e a consolidação da educação humana integral e da escola integral.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Carlos Wagner Costa; BARCELOS, Renata Gerhardt; CÉLIA, Luciana dos Santos; MOLL, Jaqueline. Aspectos da educação integral no Brasil: disputas conceituais, ideológicas e políticas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 1, p. 421-440, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/66468/35147>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/?format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba/ PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino–Pesquisa–Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 71–85, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, e13666, mar. 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61–80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>. Acesso em: 17 jan. 2024.

COSTA, Patrícia Furtado Fernandes; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Referências históricas e teóricas para a análise crítica da produção do conhecimento no Brasil sobre currículo integrado e ensino médio integrado. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 35, jan–abr, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40495>. Acesso em: 09 jan. 2024.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 – 1256, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FERREIRA, Helen Betane; REES, Dilys Karen. Educação Integral e Escola de Tempo Integral em Goiânia. **Educação e Realidade**, v. 40, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZKxqwKtncwhwVSgfCpvd8qF/?lang=pt>.

Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. **ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v. 7, n. 1, Edição Especial 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p: 187–202, jun. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131/2616>.

Acesso em: 17 jan. 2024.

SANTOS, Romário Farias Pedrosa dos. Uma breve retrospectiva histórica da educação integral no Brasil e os marcos legais para sua implantação nos estados da federação. **Conedu**, VII Congresso Nacional de Educação, 2021. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA121_ID8774_29072021153757.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

Recursos educacionais

COUTO, Andressa Freire Ramos; CAVALARI JÚNIOR, Octávio. **O guia indissociável entre ensino, pesquisa e extensão**: dialogando sobre uma prática integradora. ES: Ifes/ProfEPT, 2020. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585582>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FERREIRA, Rosângela; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; SONZA, Andréa Poletto. **Curricularização da Extensão**: um olhar institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717686>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. **Prática profissional integrada**: ensino pesquisa e extensão no ensino médio integrado. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574846>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Componente Curricular: Gestão para a Inclusão e Diversidade

Carga Horária: 30h

Objetivo: Compreender o papel da gestão no cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças

históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, assim como as pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades educacionais específicas na EPT.

Ementa: Retrospectiva histórica, legislação e políticas públicas de inclusão, diversidade e ações afirmativas no Brasil. Educação e trabalho como direitos fundamentais. Gestão e cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, bem como das pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades na EPT. A gestão na organização dos serviços e da infraestrutura institucional como condição para inclusão e valorização da diversidade. O trabalho da gestão nas dimensões de acessibilidade. Acessibilidade curricular.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei 12.288 de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 23 jan. 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, n. 33, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJyWL/#>. Acesso em: 17 jan. 2024.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Brasileiro Indaga e Desafia as Políticas Educacionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), [s.l.], v. 11, ed. especial, p. 141-162, maio 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? **Momento: diálogos em educação**, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SCHERER, Renata Porcher. Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v1, n. 22, e11492, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11492>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, Distrito Federal, out. 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnic_o_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

Bibliografia complementar:

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n. 1, p. 167–182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PASSOS, Pamela; MULICO, Leslie. **Educação em Direitos Humanos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. João Pessoa: PB, IFPB, 2019. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/242>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SONZA, Andréa Poletto; GEMELLI, Catia Eli; NUNES, Lauren de Lacerda; TAVARES, Olívia Pereira. **Letramento de gênero e sexualidade: aqui não é um tabu e aí?** Porto Alegre, RS: 2ks Agência Digital, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/999>. Acesso em: 26 jan. 2024.

RODRIGUES, Tatiane C.; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15–30, jan./mar. 2013.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgtc8k56XHvr8XBz/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, Keysiani; MENDES, Eniceia. Ensinar a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado. **Revista Teias – ProPed UERJ**, v. 22, n. 66, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57138/38786>.

Acesso em: 10 jan. 2024.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Retratos da escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75–90, 2020. Disponível em:

<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186955>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SONZA, Andréa; ORTIZ, Helen; CORSINO, Luciano; SANTOS, Marlise; FERREIRA, Rosângela; CARDOSO, Sandro (org.). **Afirmar a inclusão e as diversidades no IFRS**: ações e reflexões. Bento Gonçalves: IFRS, 2020. 352 p. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1eTHcEJm7oykouKkg5-GFBKATAIEUWXp1/view>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Recursos educacionais

ARAÚJO, Claudilena Corrêa; FERNANDES, Déa Nunes. **Proposta Didática para Estudo de Gênero–Trabalho–Poder na EPT**. Maranhão: IFMA/ProfEPT, 2021.

Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/703071>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, Antônio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. **BOAS PRÁTICAS**: a inclusão e a permanência do estudante com deficiência na

Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF.: IFB/ProfEPT, 2023.

Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740501>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTEIRO, Catia Maria Alves, PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Acolher para Incluir**: o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva. Blumenau:

IFC/ProfEPT, 2020. Disponível em:
<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574365>. Acesso em: 17 jan. 2024.

OLIVEIRA, Helder Felipe de; PRESTES, Liliane Madruga. **Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho:** guia de atividades com oficinas de letramento racial para a promoção de uma educação antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2023. Disponível em:
<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/732698>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Componente Curricular: Gestão para a permanência e o êxito

Carga Horária: 30 h

Objetivo: Contribuir para o estudo dos fatores institucionais e das atividades de gestão que podem promover a permanência e o êxito dos estudantes na EPT, bem como as possibilidades de institucionalização de uma proposta educacional para o combate à evasão.

Ementa: Permanência e êxito na EPT e sua relação com os fatores individuais, internos aos estudantes, os fatores internos à instituição escolar, bem como os fatores externos. A gestão no processo de institucionalização de uma proposta educacional que considere o desenvolvimento humano integral na articulação entre as dimensões individuais, laborais, científica e cultural para a permanência e o êxito dos estudantes. O trabalho da gestão no planejamento e no acompanhamento da organização do currículo, das práticas pedagógicas e dos modelos e instrumentos de avaliação como forma de contribuir com a permanência e o êxito dos estudantes na EPT.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evacao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2024.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772–789, set./dez. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HEIJMANS, Rosemary Dore; FINI, Roberto; LÜSCHER, Ana Zuleima. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... Um debate multifacetado. In: CUNHA, Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; SOUZA JR., Hormindo Pereira, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas**. MG: PUC Minas, 2013. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/galeria/artigos/3-DORE-Cap-livro-FormaProfiss-2013.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **REP – Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112–124, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027>. Acesso em: 23 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1153–1178, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr>. Acesso em: 23 jan. 2024.

TIMÓTEO, Marcela de Oliveira. Estratégias de diversidade, inclusão e equidade de gênero e raça em órgãos da administração pública federal: avanços e desafios. **Revista do TCU**, v. 1, n. 150, p.1–23, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1841>. Acesso em: 17 abr. 2024.

REIS, Cacilda Ferreira; SOUZA, Marcilene Garcia de; SANTOS, Valdeluce Nascimento. Ações Afirmativas no Instituto Federal da Bahia: um olhar a partir da Diretoria Sistêmica de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis. **Periferia: Educação, Cultura & Comunicação**. v. 15, p.1–22, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/70531>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). **Evasão na Educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/livros/Dore%20et%20al.%20-%202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicas%20e%20propostas.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Direito à Educação: analisando políticas públicas de apoio à permanência escolar na educação profissional e tecnológica. In: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de (Org.). **Processos de transformação do mundo do trabalho**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/processos-de-transformacao-do-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 23 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades de desafios do IFRS. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Portugal, n. 64, 2023. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/482>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRANÇA, Suzane Bezerra de; SOUZA, Daniela Pedrosa de. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: um estudo na rede estadual de ensino de Pernambuco. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 14, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/18194/9801>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SACRAMENTO, Laura Neta Dias do; ALBUQUERQUE, Monck Charles Nunes de; CYPRIANI, Carlos Alex Cantuário. Estudo sobre evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado: um mapeamento sistemático de literatura. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 76-99, jul./dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65575/1/2021_art_Indsacramento_cnalbuquerque.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Vanessa Faria de; ROCHA, Tiago Rios da; MANICA Edimar; LAVARDA, Roger Luis Holf; ROSA, Ronaldo Serda da. Reformulação curricular como ação para permanência e êxito: uma experiência colaborativa no Campus Ibirubá. In: LORENZET, Deloíse *et al.* **Permanência e êxito no IFRS: Reflexões e práticas**. São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/465>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Recursos educacionais

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. **Guia de redução da evasão na EPT**. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina/CERFEAD, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574306>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NITSCHKE, Alessandra. PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de ensino médio integrado**. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600482>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUSA, Maria da Graça do Nascimento de; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **Manual de prevenção à evasão dos estudantes dos cursos médio técnico da rede federal de ensino: conhecer para permanecer**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575059>. Acesso em: 10 jan. 2024.

8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso tem carga horária de 60h, dividida em três momentos (conforme exposto adiante), com a seguinte ementa:

- **Ementa:** Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento do curso (TCC1), espera-se que, ao final do curso (TCC3), o/a cursista apresente o seu Relatório de Formação, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora. Ao final do TCC III, o/a discente deverá concluir o seu TCC, entendido neste curso como Relatório de Formação.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a

não equivalência da formação do/a educador/a a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o formato de **Relatório de Formação** a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante de um **Plano de Formação** proposto pelo/a discente, em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e tutor/a, nos Componentes Curriculares (TCC I, TCC II e TCC III), que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da EPT.

Importante destacar que, como Componente Curricular, o TCC será elaborado, nos três momentos distintos (TCC I, TCC II e TCC III), no formato dos demais componentes curriculares, ou seja, com a mediação pedagógica do professor/a formador/a e da tutoria. No entanto, no início do Módulo III, etapa de finalização do curso, os/as cursistas terão à sua disposição o acompanhamento individualizado de um/a orientador/a de TCC, considerando os termos da legislação em vigor. Essa designação será feita adicionalmente à referente ao provimento para cada turma de um/a professor/a formador/a e tutores/as para o trabalho de apoio à elaboração do Relatório de Formação (TCC) pelo/a cursista.

O TCC, depois de finalizado, deverá ser apresentado de forma oral e escrita a uma banca avaliadora, composta por dois/duas docentes, que deverão atribuir uma nota. Para a elaboração do TCC deverão ser atendidos os dispositivos constantes no normativo que o regulamenta no IFPI.

8.1 Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a formador/a e da tutoria, defina um fio condutor para a sua formação. Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas **15h** de trabalho acadêmico, caberá ao/à discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/a professor/a formador/a e da tutoria, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a gestão na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, os componentes curriculares cursados em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/às discentes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução

com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a professor/a formador/a e pelo/a tutor/a do Componente Curricular (TCC1). Assim, espera-se que os/as discentes exercitem as suas capacidades de problematização, de análise, de síntese e de proposição. Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da gestão na EPT eu pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?*

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a discente, de modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como gestor/a ou educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

8.2 Orientações procedimentais

O tempo dedicado à construção do TCC corresponderá a todo o percurso formativo do/a discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (TCC I – 15h): após a realização dos componentes curriculares do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a. Identificação do/a discente.
- b. Breve descrição do tema a ser tratado.
- c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
- d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. Todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.
- e. Definição de objetivos.
- f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (TCC II – 15h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

- a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Terceiro Momento (TCC III - 30h): concomitante às demais unidades temáticas do 3º módulo, está prevista a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação). A estrutura deste relatório pode ser a seguinte:

- a. Título.
- b. Resumo.
- c. Sumário.
- d. Introdução.
- e. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
- f. Conclusão.
- g. Plano de Ação ou Indicações práticas.
- h. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais.

Em cada componente curricular, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada componente curricular estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de formação. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um **Memorial**, espécie de “diário de bordo”, caracterizado como uma atividade de aprendizagem a ser elaborada na articulação com os componentes curriculares.

O Memorial é uma atividade em que o/a cursista registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre a tutoria e os/as cursistas. É um meio para o/a estudante expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele o/a cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nos componentes curriculares e suas experiências vivenciadas, sobretudo, nas relações com a sua prática em sala de aula.

O Memorial deve ser uma importante referência e, portanto, deve estabelecer relações e interfaces com o Relatório de Formação, o TCC. Para a sua operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o/a discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, os desafios de gestão que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

9 PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

No Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, o processo de produção de conhecimentos privilegia formas diversificadas de interação pedagógica que contribuam com o desenvolvimento pleno dos/as estudantes. As atividades pedagógicas a serem desenvolvidas pelos docentes, em consonância com o paradigma de EPT que orienta o curso, estarão

baseadas na metodologia dialética, privilegiando a relação parte–todo, a relação teoria e prática, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Com base na pedagogia histórico–crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se dê por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017):

[...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síncrese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de experimentação** (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

Dessa forma, o/a estudante, profissional da EPT envolvido na gestão, terá participação ativa na construção do conhecimento, privilegiando a relação e a reflexão sobre a sua prática, a partir dos conhecimentos científicos abordados. Esse movimento, para a relação e a problematização da prática e da teoria, deve considerar, ainda, o esforço interdisciplinar em relação ao currículo proposto.

Nesse percurso formativo, coerente com a concreticidade da vida social dos sujeitos, as contradições são tidas como relevantes e trabalhadas mediante uma análise crítica do conhecimento e da sociedade (Ramos, 2017, p. 37).

Assim, o/a docente, partindo da **problematização** da realidade concreta, auxilia o/a estudante a levantar questões sobre os problemas enfrentados na prática cotidiana da gestão na EPT para, na sequência, com base na

instrumentalização, discuti-los à luz dos conceitos teóricos, elucidando-os e analisando-os criticamente. Importante que a discussão e as atividades propostas ao longo do componente curricular levem à **experimentação**, preferencialmente articulada ao Plano de Formação do discente. A experimentação contribuirá para o estudante realizar o enfrentamento da problematização levantada, introduzindo questões práticas, com base nos conhecimentos apreendidos.

Esse movimento contribuirá para que os conhecimentos abordados tomem significado e se materializem na prática de gestão de forma ressignificada, transformando a realidade. Ao longo desse processo, é de fundamental importância o acompanhamento e orientação do/a docente, no que se refere aos objetivos da componente curricular, bem como do/a orientador/a, articulando a reflexão crítica com a problematização e propósitos do Plano de Formação do/a estudante.

É desejável que o/a docente estabeleça as devidas relações entre os conhecimentos abordados no componente curricular sob sua responsabilidade com os demais conceitos discutidos em outras unidades temáticas, especialmente de um mesmo módulo, buscando garantir a relação parte-todo e teoria e prática, com uma abordagem interdisciplinar. A orientação do/a docente e do/a orientador/a contribuirá para a organização das novas aprendizagens e para o necessário enfrentamento das questões postas pelos/as estudantes, criando formas e processos inovadores de gestão na e da EPT. Essa proposta metodológica possibilitará que o/a estudante realize a **sistematização** do conhecimento teórico-prático, promovendo a síntese dos conceitos e suas relações.

A **consolidação** do processo se dará por meio das avaliações com caráter processual, formativo e emancipatório. Tal concepção avaliativa exigirá, portanto, do/a docente e orientador/a, o acompanhamento do/a estudante ao longo do processo, redefinindo a orientação, as leituras e as ações, tanto dos/as docentes quanto dos/as discentes.

Dessa forma, a avaliação deixa de se dar a partir da medição do desempenho final do/a estudante no componente curricular, por meio de instrumentos avaliativos estanques, deslocados do processo de ensino e de aprendizagem, mas passa a ser o fio condutor de todo o processo.

Faz-se necessário destacar que essa proposta de procedimentos pedagógicos estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como eixo central do processo de ensino e de aprendizagem. No contexto do componente curricular, a pesquisa como princípio pedagógico contribui para a problematização da prática social e estabelece a possibilidade de criação de propostas inovadoras, participativas e democráticas no âmbito da gestão na e da EPT.

A extensão, entendida como diálogo constante entre teoria e prática, materializa-se por meio do Plano de Formação do/a discente, com a proposição de novos formatos de planejamento, ações e processos construídos coletivamente com os demais atores vinculados ao seu contexto de trabalho, voltados às necessidades e às demandas evidenciadas pela comunidade escolar e pela sociedade em geral.

Nessa perspectiva, a extensão no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica deve interligar o currículo e suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da escola de EPT, numa perspectiva de relação entre teoria e prática, bem como de socialização do conhecimento. Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os/as estudantes a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que busquem melhoria dos processos de gestão. Caracteriza-se, portanto, como observação de demandas concretas dos espaços de EPT, proposta de ação e de socialização dos resultados.

Tais procedimentos pedagógicos fundamentam-se na perspectiva de que a construção do conhecimento se dá por meio da mediação e da comunicação, nas relações dialógicas e colaborativas e na compreensão de que as relações sociais e

a vida humana são mediadas por ferramentas, instrumentos e técnicas construídos coletiva e socialmente.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores/as, estudantes e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, *chats* e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as, formadores/as, tutores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir do primeiro componente curricular do núcleo comum e **ser transversal a todo o curso**, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório de Formação.

Os componentes curriculares serão desenvolvidos de forma assíncrona, mas a cada início de componente uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz, estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca daquele tema.

9.1 Orientações práticas aos docentes

A cada componente curricular, o/a docente a apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de

questões teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos/as discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as discentes, independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da realidade da gestão na EPT e inspirar novas práticas gestoras, mais dialógicas e efetivas.

9.2 Atendimento aos estudantes e orientação

No início do Módulo III, o/a coordenador/a do curso fará a designação de um/a orientador/a para cada discente, na proporção de cinco ou dez cursistas

para cada docente orientador/a, ficando a critério de cada instituição essa definição.

O/a orientador/a terá a tarefa de acompanhar o/a discente desde o início do Módulo III, incentivando-o/a à consolidação do seu Plano de Formação e ao desenvolvimento de suas atividades, com vistas à elaboração do Relatório de Formação. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar o texto do relatório de formação.

Importante registrar que os componentes curriculares que subsidiarão a elaboração do Plano de Formação (TCC I) e o Relatório de Formação (TCC II e TCC III) serão acompanhados pelo/a professor/a formador/a e pelos/as tutores/as, seguindo a dinâmica dos demais componentes curriculares.

No entanto, no início do Módulo III, de acordo com os termos apresentados anteriormente, além do componente curricular do TCC III, que terá um/a professor/a formador/a e os/as tutores/as, o/a Coordenação do Curso designará também os/as Orientadores/as de TCC, em conformidade com os parâmetros definidos na Instrução Normativa nº 2/2017.

9.3 Acompanhamento dos/as docentes

A instituição ofertante deverá planejar a formação, a supervisão e a avaliação dos/as docentes, tutores/as e outros/as especialistas que venham a atuar na formação, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.

9.4 Materiais didáticos

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados às Coordenações do Curso, aos/às professores formadores/as, tutores/as, orientadores/as de TCC e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos/as professores/as formadores/as e tutores/as, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes aos componentes curriculares do curso. Trata-se de materiais hipermidiáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

9.5 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

A avaliação será processual e, para tanto, o/a docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de contribuir com o Plano de Formação do/a discente e da produção do seu Relatório de Formação.

A avaliação contínua da aprendizagem deve ser realizada como mais uma forma de estimular os/as discentes a reconhecerem o que precisam fazer para alcançar os objetivos propostos no seu Plano de Formação. Para os/as professores/as formadores/as e tutores/as, resulta como meio para confirmar se os/as alunos/as aprenderam e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

Durante cada componente curricular, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os/as professores/as formadores/as poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de seu componente curricular.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e de compromisso com a perspectiva emancipatória. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal finalidade em cada componente curricular deverão considerar, além do olhar do/a docente, a reflexão do/a próprio/a estudante sobre seu processo de aprendizagem.

As avaliações propostas pelos/as docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do/a estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser o Memorial, no qual os/as discentes terão registrado seu percurso de estudos.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão: a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente

aos problemas identificados; a compreensão crítica da relação da EPT com o mundo do trabalho; as proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão; e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

Orientados/as por tais critérios de avaliação, caberá aos/às docentes acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido.

Os/as estudantes deverão registrar suas vivências e observações em seu Memorial, referência importante para o seu Relatório de Formação, o TCC. Caberá ao/à professor/a fazer seus registros da avaliação nos instrumentos previstos pelo regimento da instituição ofertante.

Para a avaliação somativa referente a cada componente curricular, devem-se considerar os aspectos de assiduidade e aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

No processo de avaliação, os critérios de aprovação contemplam a obtenção de, no mínimo, média 7 (sete) em cada componente curricular, a partir da realização das atividades no ambiente virtual de aprendizagem. Os/as estudantes que não atingirem nota igual ou superior a 7 (sete) farão jus à realização da atividade de recuperação final.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de uma nova atividade avaliativa, com vistas à promoção da aprendizagem.

10 INFRAESTRUTURA

O IFPI dispõe de uma estrutura que possibilita o suporte necessário ao percurso formativo do/a estudante. Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância em parceria entre a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a Capes/UAB, tem o Lantec-

Prosa/UFSC como centro responsável pela produção de materiais didáticos digitais a serem utilizados no curso.

A seguir é descrita a infraestrutura digital e física disponível.

10.1 Infraestrutura digital

É responsabilidade do IFPI a customização e o gerenciamento do AVA, e a migração dos materiais didáticos para esse ambiente, disponibilizando-os para os/as estudantes, seguindo orientações do Lantec-Prosa/UFSC, nos termos definidos pela parceria entre o IFPI e a Setec/MEC.

Para o gerenciamento e o acompanhamento do AVA, o IFPI conta com equipe de suporte técnico e pedagógico, que trata da customização da plataforma e da organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas.

10.2 Infraestrutura física

A oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica ocorrerá em polos de apoio presencial, sejam eles efetivos ou associados.¹

¹ Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados. Considera-se polo efetivo quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal. Considera-se polo associado quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente se localiza em um *campus* de uma IES. Para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis no Polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por: computadores em número adequado para atender ao quantitativo de estudantes que se pretende atender no Polo; conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo; ferramentas pedagógicas tais como *data-show*; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência *web* ou videoconferência.

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

Considerando a oferta deste curso para 300 (trezentos) estudantes, o IFPI contará com 6 (seis) polos UAB, contendo a infraestrutura tecnológica necessária em termos de computadores, conexão à internet em banda larga e outras ferramentas, como *data-show* e equipamentos para videoconferências. O apoio nos polos UAB ocorrerá pela disponibilização do espaço e da infraestrutura para uso dos/das participantes e por meio da realização de momentos presenciais, quando planejados.

Os polos de apoio presencial UAB contemplam as indicações exigidas pela DED/CAPES, com salas de aula com equipamentos multimídia, auditório, sala da coordenação, laboratório de informática com computadores e biblioteca. Os/as estudantes contam ainda com as salas da Diretoria de Educação a Distância na Reitoria.

Além dos recursos disponíveis no polo presencial, os/as estudantes também terão acesso à biblioteca virtual do IFPI.

É disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os/as estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais, como, por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os/as estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes.

Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os/as estudantes no AVA, por meio de links de acesso, conforme demanda dos componentes curriculares.

Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância do IFPI. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada componente curricular.

Todo o material didático poderá ser impresso pelo/a estudante, já que será disponibilizado em formato PDF.

11 AVALIAÇÃO DO CURSO

O acompanhamento do desenvolvimento do curso deve ser contínuo e permanente, pois se trata de uma importante prática de gestão, necessária ao incentivo da participação de todos os envolvidos e ao aperfeiçoamento das suas atividades ao indicar as diferenças entre os resultados encontrados e os esperados.

Ela poderá oferecer dados para analisar a consistência do currículo com os objetivos declarados do curso, o perfil dos/as discentes, a fundamentação teórico-metodológica, a adequação, atualização e relevância das unidades temáticas e da bibliografia indicada.

A avaliação do curso será realizada conforme proposta de autoavaliação da instituição ofertante e terá como base o relatório a ser produzido pela Coordenação do Curso, apreciado pelo seu Colegiado.

12 EQUIPE RESPONSÁVEL

A equipe encarregada da implementação do curso é formada por profissionais, cujos processo de seleção e definição das funções deverão obedecer às diretrizes estabelecidas pela Capes, contidas na [Portaria nº 309, de 27 de setembro de 2024](#), na [Instrução Normativa nº 1, de 1º de outubro de 2024](#), e demais normativos vigentes, incluindo os normativos internos do IFPI.

Coordenação

As atividades da Coordenação de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É essa a responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, aqui denominado Relatório de Formação. Será selecionado via edital público

Secretaria

As atividades da Secretaria estão relacionadas ao atendimento à comunidade escolar, à realização de matrículas e à solicitação de diplomas, à organização de documentos da gestão escolar, ao auxílio à equipe do curso na gestão educacional e pedagógica e ao apoio à gestão financeira. Serão selecionados via edital público

Corpo docente

O corpo docente deste curso na modalidade EaD conta com professores/as formadores/as e professores/as orientadores/as que atuam junto aos/aos tutores/as a distância e presenciais, apoiados/as por uma equipe multidisciplinar e de suporte tecnológico e logístico.

- O/A **professor/a formador/a** é o/a responsável pelo desenvolvimento do componente curricular junto com os/as tutores/as. No momento anterior ao desenvolvimento do componente curricular, é responsável pela

composição/estruturação da sala de aula no ambiente virtual de aprendizagem e, no fluxo do componente curricular, deve manter reuniões constantes de orientação pedagógica com os/as tutores/as para discussão de estratégias de ensino. Deve elaborar instrumentos de avaliação (se previstos para o componente curricular) e, se necessário, propor materiais didáticos complementares, a fim de propiciar a consecução dos objetivos propostos na ementa do componente curricular e no PPC do curso.

- O/A professor/a orientador/a de TCC é responsável pela consolidação e acompanhamento da produção do Relatório de Formação de curso no início do Módulo III até a sua apresentação e aprovação.

Para os cursos *lato sensu*, conforme Art. 9º da [Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018](#),

o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018, n.p. grifo nosso).

No IFPI, o corpo docente será composto por professores selecionados via edital público.

Tutoria

Os tutores e tutoras, responsáveis, junto com o/a professor/a formador/a, pelo acompanhamento do desenvolvimento do componente curricular, tais como mediação pedagógica e processos de avaliação, são também parte fundamental deste curso na modalidade a distância. Serão selecionados via edital público

Equipe multidisciplinar

É composta por diferentes profissionais, com a função de planejamento e de execução dos processos pedagógicos.

As equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e de logística prestam assistência pedagógica e técnica aos/às professores/as formadores/as e aos/às tutores/as no desenvolvimento do curso. Ademais, apoiam os/as discentes nos aspectos pedagógicos e no suporte ao uso de tecnologias e de recursos educacionais para a educação a distância. Serão selecionados via edital público

Equipe de apoio tecnológico e de logística

É composta por diferentes profissionais, com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica. Serão selecionados via edital público

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/Educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na

modalidade de educação a distância. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB, de 20 de setembro de 2012**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEB_N62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016**. Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195. Acesso em: 02 fev. 2024

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%209.235-2017?OpenDocument. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017**. Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Disponível em:

<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018**. Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103631-rces004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019**. Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=1027>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021**. Altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2021-pdf/197911-rces004-21/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica**: diretrizes gerais. Brasília: Setec/MEC, 2024.

CAPAZ, Josieli Parteli; GERKE, Janinha; MUSCARDI, Dalana Campos. **Plano de Estudo**: mediação da pedagogia da alternância para o ensino e aprendizagem de bioquímica em uma escola urbana. Ponta Grossa – PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/plano-de-estudo-mediacao-da-pedagogia-da-alternancia-para-o-ensino-e-aprendizagem-de-bioquimica-em-uma-escola-urbana>. Acesso em 09 jan. 2024.

Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; Expressão Popular, p. 267–74, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2024

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229–1256, set./dez. 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. (Org). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida; ABREU, Cláudia Barcelos de Moura; GOMES, Cristiano Mauro Assis. A articulação entre conhecimento tácito e inovação tecnológica: a função mediadora da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36 set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TqmVydfHQysQwyF9ZbDKBzg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 jan. 2024.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1985.

MACIEL, Antônio Carlos; JACOMELI, Mara Regina Martins; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. Fundamentos da educação integral politécnica: da teoria à prática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p.473–488, abr.–jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hzTrtmFgCsH9FMmL7Vtp4tF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s.l.], v. 1, n. 23, p. 1–14, jun. 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 05 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763–778, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento. **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf. Acesso em: 04 jan. /2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, Marise Nogueira (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106–127.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino–Pesquisa–Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 71–85, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. In: PIMENTA, Selma G. ALMEIDA, Maria Isabel. **Pedagogia Universitária**. São Paulo. EDUSP, p. 129–146, 2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, v. 25. n. 3, p.123–40, dez. 2009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/fF53XWVkxxbhpGkqvcfkvkH/?lang=pt> Acesso em: 16 jan. 2024.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual.

Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7 a 23, 1998.

Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754>. Acesso em: 16 jan. 2024.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. A Trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p.

1145–62, Nov./Dez., 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/tTy8F6rnJWG75RfwzZrGLDp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

TOZONI–REIS, Marília Freitas de Campos. **A Pesquisa e a Produção de Conhecimentos**. São Paulo: Unesp, s/d.

VEIGA–NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Documento Digitalizado Público

PPC do curso e Pós-graduação em Gestão para EPT

Assunto: PPC do curso e Pós-graduação em Gestão para EPT
Assinado por: Meneses Sobreira
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Raimundo Nonato Meneses Sobreira, COORDENADOR(A) - FGA-IFPI - UAB-IFPI**, em 27/01/2025 03:59:03.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/01/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 604522
Código de Autenticação: 565e2d247e





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 3/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 27 de janeiro de 2025.

Aprova o Relatório de Gestão da Corregedoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), exercício 2024.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000237/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, o Relatório de Gestão da Corregedoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), exercício 2024, conforme anexo.

Art. 2º O Relatório de Gestão está disponível na aba <https://www.ifpi.edu.br/corregedoria>.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 27/01/2025 16:27:35.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/01/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 327600

Código de Autenticação: 0f918fc387





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí

RELATÓRIO DE GESTÃO: **CORREGEDORIA**

Corregedor:
Allan Kout Lima de França
Exercício: 2024

Teresina-PI
janeiro, 2025



Considerando que, conforme artigos 16 e 17 da PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 27, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022, o mandato do titular da unidade setorial de correição é de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido pelo mesmo período, não excedendo o limite de 6 (seis) anos, o presente relatório visa detalhar informações sobre o funcionamento e ações desenvolvidas pela unidade de Corregedoria Interna do Instituto Federal do Piauí (IFPI) durante o ano de 2023, buscando ainda atender ao disposto nos artigos 11 e 34 do aludido diploma legal.

DA CORREGEDORIA

Conforme resultado da última Avaliação de Maturidade Correcional (CRG-MM) registrada no sistema de auditoria do governo federal e-Aud, ID: #881289 - #899058, a Corregedoria do IFPI possui “Nível 2 – Padronizado” de maturidade.

A competência, a organização e o funcionamento da Corregedoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí encontram-se normatizados pela RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI Nº 178, de 23 de agosto de 2023. Além disso, o artigo 13 da citada portaria elenca à Corregedoria do IFPI as seguintes competências:

- I – propor à CGU medidas que visem à definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos atinentes à atividade de correição;
 - II – participar de atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades que lhes são comuns;
 - III – sugerir à CGU medidas de aprimoramento das atividades relacionadas aos procedimentos disciplinares e de responsabilização;
 - IV – solicitar ao(à) reitor(a) do IFPI a instauração de procedimentos disciplinares, sem prejuízo de sua iniciativa pela autoridade a que se refere o art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
 - V – manter registro atualizado da tramitação, do resultado dos procedimentos em curso, inclusive quanto ao efetivo cumprimento da eventual penalidade aplicada;
 - VI – encaminhar à CGU dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados dos processos, bem como à aplicação das penas respectivas;
 - VII – supervisionar as atividades de correição internas;
 - VIII – prestar apoio à CGU, na instituição e manutenção de informações, para o exercício das atividades de correição;
-

-
- IX – propor medidas à CGU, visando à criação de condições melhores e mais eficientes para o exercício da atividade de correição;
 - X – manter sigilo sobre as investigações em curso e tratar as informações pessoais com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais;
 - XI – acompanhar e subsidiar o funcionamento das comissões disciplinares;
 - XII – orientar os membros das comissões disciplinares;
 - XIII – solicitar aos setores competentes o treinamento e capacitação de servidores, designados ou voluntários, para comissões disciplinares;
 - XIV – realizar controle estatístico dos processos disciplinares;
 - XV – organizar e fornecer informações sobre os processos em curso;
 - XVI – manter registro atualizado dos procedimentos em curso;
 - XVII – administrar, monitorar e inserir informações nos sistemas e-PAD e CGU/PAD;
 - XVIII – acompanhar os procedimentos disciplinares instaurados;

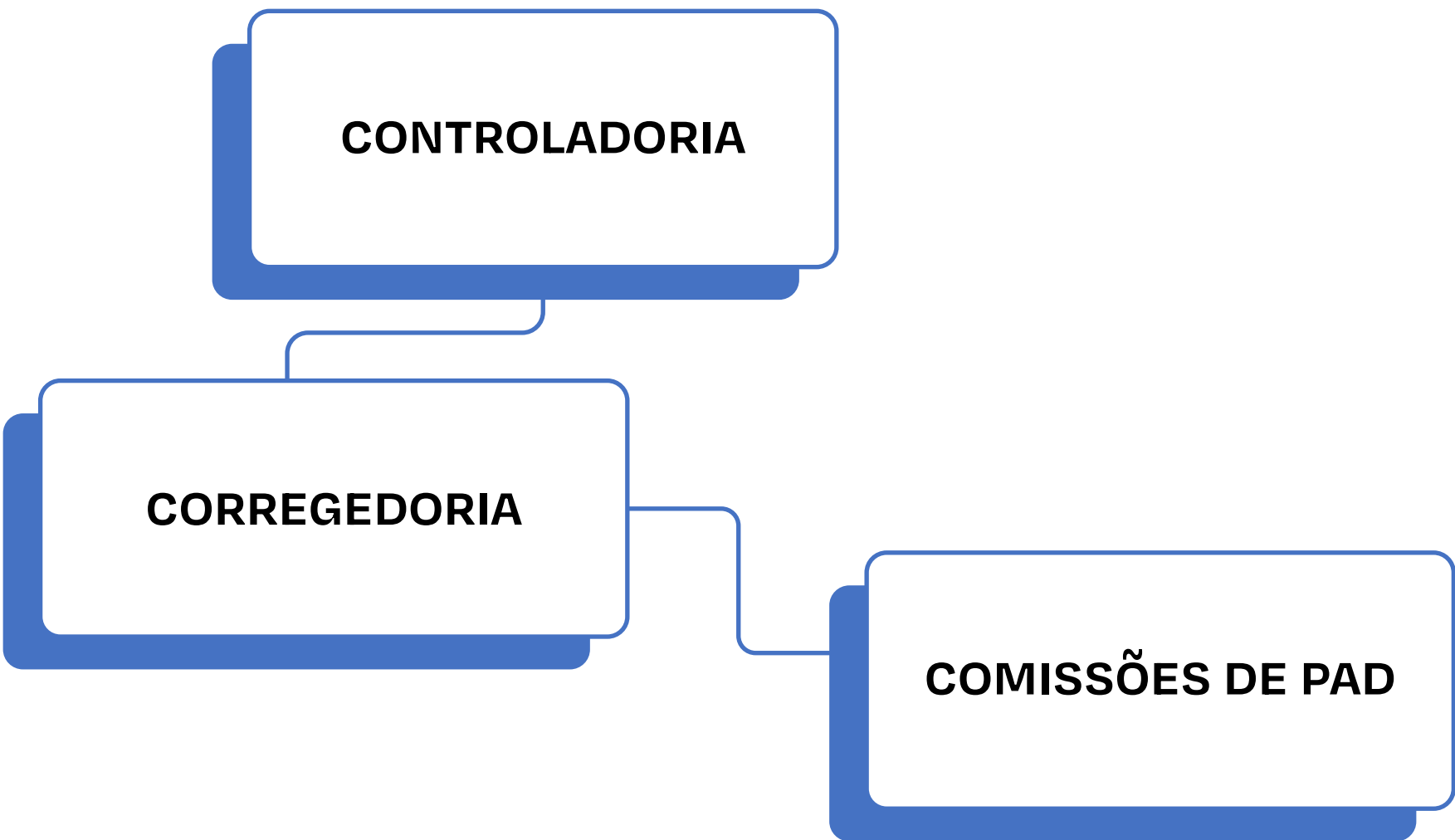
É oportuno frisar que, a Corregedoria do IFPI não possui, dentre suas competências, a de instauração de Procedimentos Administrativos Disciplinares (PAD's), o que proporciona um maior caráter de imparcialidade ao feito e evita, dada a deficiência de servidores no setor, incorrer na prescrição da pretensão punitiva, conforme disposto no artigo 142 da Lei 8.112/90 c/c Parecer vinculante AGU nº GQ-55.

DA ESTRUTURAÇÃO FÍSICA E ORGANIZACIONAL

A Corregedoria do IFPI encontra-se vinculada à Controladoria Interna, nos termos da RESOLUÇÃO NORMATIVA 196/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de fevereiro de 2024 e sua atuação está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria Geral da União (CGU), atendendo também às demandas de apuração advindas do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os usuários podem acessar informações sobre a Corregedoria no endereço eletrônico:

<https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/reitoria/controladoria>



Fonte: Estrutura Organizacional do IFPI, 2024

Esta unidade correicional conta com um corregedor, titular da unidade, ocupante do cargo de Assistente em Administração, com formação em Direito e Gestão Financeira. Ademais, conta com o apoio de 02 (dois) servidores efetivos ocupantes do cargo de Assistente em Administração, sendo que um deles possui formação em Direito e o outro em Administração, atuando de forma permanente como membros das Comissões de Processos Administrativos Disciplinares, vinculados à Corregedoria do IFPI e nas demais atribuições ligadas à atividade de correição, conforme PORTARIA 2171/2022 – GAB/REI/IFPI, de 19 de agosto de 2022.

Atualmente exerce a função de corregedor do IFPI, o servidor Allan Kout Lima de França, designado pela Portaria nº 709, de 14 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 15 de abril de 2021 e reconduzido pela Portaria nº 1.355/GAB/REI/IFPI, de 13 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 14 de abril de 2023.

Ressalte-se que, à época, para a designação do atual corregedor, foi submetida a indicação do nome para avaliação e aprovação da Controladoria Geral da União (CGU), nos termos da Portaria CGU nº 1.182, de 10 de junho de 2020, que foi posteriormente revogada pela PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 27, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, e para a sua recondução observou-se a regra do artigo 9º da PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 27, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022.

Nossas instalações físicas encontram-se no prédio da Reitoria do IFPI, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, CEP 64053-390, Bairro Santa Isabel, Teresina (PI). Atualmente, a Corregedoria situa-se na mesma sala da Controladoria Interna e conta com outra sala utilizada para reuniões presenciais, por videoconferências e/ou oitivas dos PAD's:

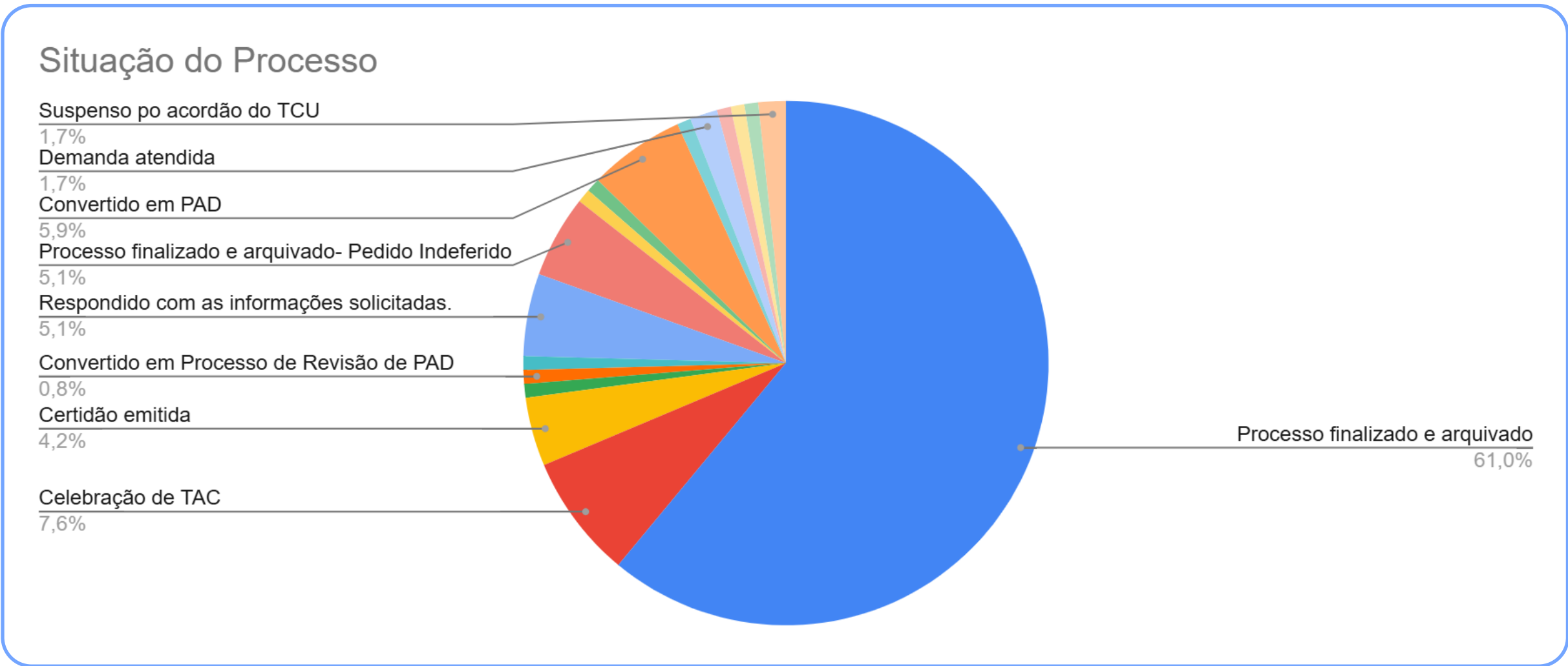
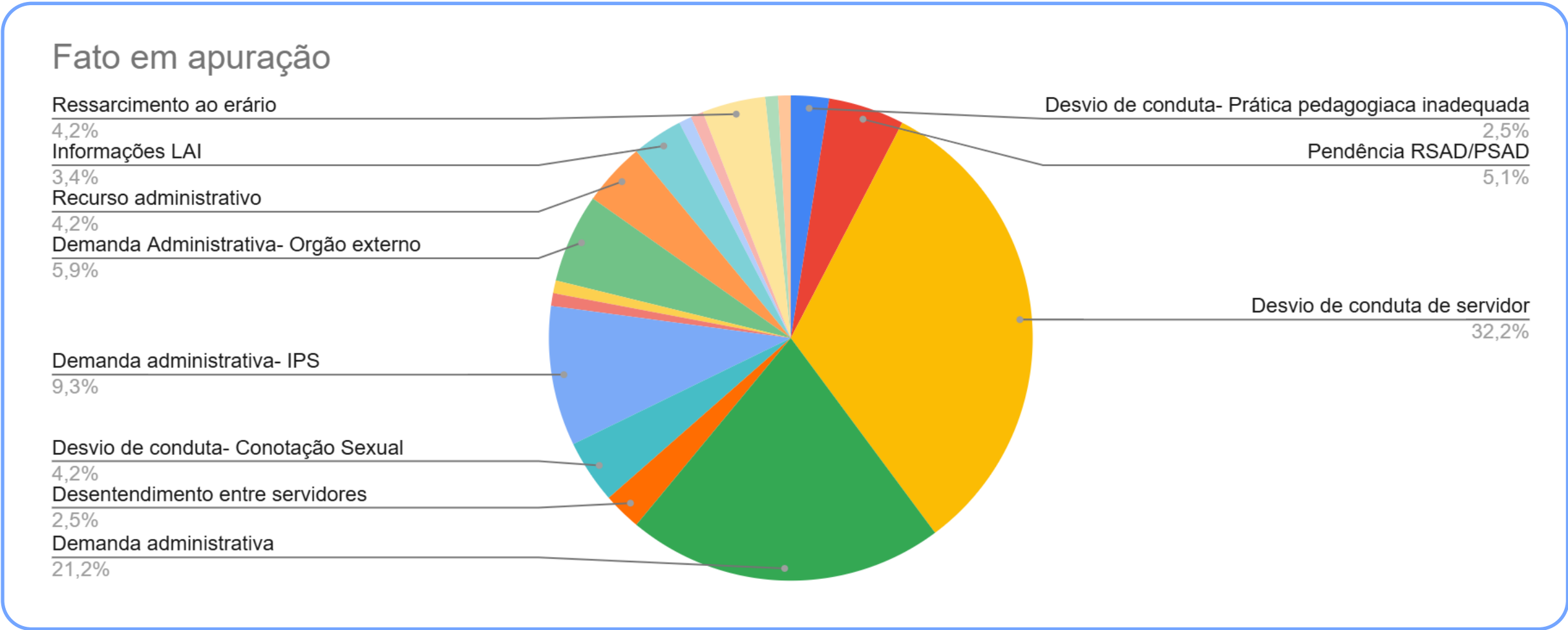


Fonte: Corregedoria IFPI, 2024

É relevante destacar que os procedimentos correccionais englobam os procedimentos disciplinares, consoante TÍTULO III da PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 27, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022.

Visando subsidiar a tomada de decisões no âmbito da Investigação Preliminar Sumária (IPS), compete à Corregedoria do IFPI conduzir as devidas apurações oriundas dos diferentes canais de denúncia: Fala.br; e-mail institucional; SUAP. Ademais, dentre as demandas processuais da corregedoria, realizamos análises de recursos administrativos, envio de informações a órgãos externos, dentre outras demandas administrativas em geral.

Demandas Processuais-2024:



Fonte: Corregedoria IFPI, 2024

Dos Processos Administrativos Disciplinares:

No tocante às demandas de Processos Administrativos Disciplinares (PAD), no ano de 2024, esta unidade de Corregedoria solicitou a instauração de 07 (sete) PAD's e 01 (um) Processo de Revisão de PAD, estando também em constante fiscalização dos processos administrativos disciplinares em andamento, conforme segue:

- 01 (um) instaurado em 2020 e finalizados em 2024, resultando em demissão;
- 01 (um) instaurado em 2022 e finalizados em 2024, resultando em aplicação da penalidade de suspensão;
- 06 (seis) instaurados em 2023, que não foram finalizados no mesmo ano, tivemos,
- 01 (um) processo arquivado com absolvição do servidor; 01 (um) processo suspenso por decisão judicial;
- 01 (um) processo resultando em suspensão;
- 01 (um) processo resultante em celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);
- 02 (dois) processos resultantes na demissão do servidor.

Dentre os 07 (sete) processos que iniciaram em 2024, 03 (três) foram finalizados, resultando em 01 (um) processo arquivado com absolvição do servidor; 01 (um) processo resultou em celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); 01 (um) processo resultou em suspensão do servidor. O pedido de Revisão de PAD, que resultou em indeferimento do pedido.

Esta unidade de corregedoria atuou em processos de investigação preliminar sumária (IPS), sendo que 09 (nove) resultaram na celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) sem a necessidade de instauração de Processo administrativo disciplinar.

As informações relativas aos Processos Administrativos Disciplinares – PAD, instaurados no IFPI alimentam, primordialmente, o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares e-PAD e CGU/PAD. Quanto ao e-PAD, o OFÍCIO CIRCULAR nº 224/2022/CRG-CGU, passou a tornar obrigatório o uso por todos os órgãos e entidades que o compõem o sistema de correição do poder executivo federal. No âmbito do IFPI, os citados sistemas são alimentados e administrados pela Corregedoria.

DA PARTICIPAÇÃO DA CORREGEDORIA EM COMISSÕES INTERNAS:

- **PORTARIA 2932/2022** - GAB/REI/IFPI, de 31 de outubro de 2022- comissão responsável pela elaboração e supervisão do Projeto "REPENSAR";
- **PORTARIA 2659/2023** - GAB/REI/IFPI- comissão para elaboração da portaria de instituição do Programa de Gestão e Desempenho (PGD);
- **PORTARIA 1022/2024** - GAB/REI/IFPI, de 26 de março de 2024- comissão para elaboração do regulamento da prestação institucional de serviços e regulamento da concessão de bolsas de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação, no âmbito do IFPI.
- **PORTARIA 1545/2024** - GAB/REI/IFPI, de 28 de maio de 2024.- elaboração e execução do Projeto "ÉTICA ITINERANTE", que tem por objetivo promover atividades na disseminação de espaços éticos e educativos, pautadas nos valores democráticos, voltado aos discentes e servidores do IFPI.
- **PORTARIA 3369/2024** - GAB/REI/IFPI- Gestores Riscos das unidades da Reitoria do IFPI;
- **PORTARIA 3386/2024** - GAB/REI/IFPI- comissão responsável por instituir o Projeto "Integridade em Movimento: Transformando Valores em Práticas";
- **PORTARIA 3676/2024** - GAB/REI/IFPI- Comissão responsável pela elaboração do Plano Institucional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no âmbito do IFPI.

DAS AÇÕES PREVENTIVAS

Como ações preventivas, no ano de 2024, a unidade de corregedoria, controladoria, comissão de ética e ouvidoria do IFPI desenvolvem junto aos discentes da instituição, momentos de interação para tratar de temáticas ligadas a integridade institucional, momentos em que são feitos esclarecimentos sobre a atuação da comissão de ética, corregedoria, controladoria e ouvidoria do IFPI, sobretudo no combate a condutas de assédio moral e sexual no âmbito da instituição.

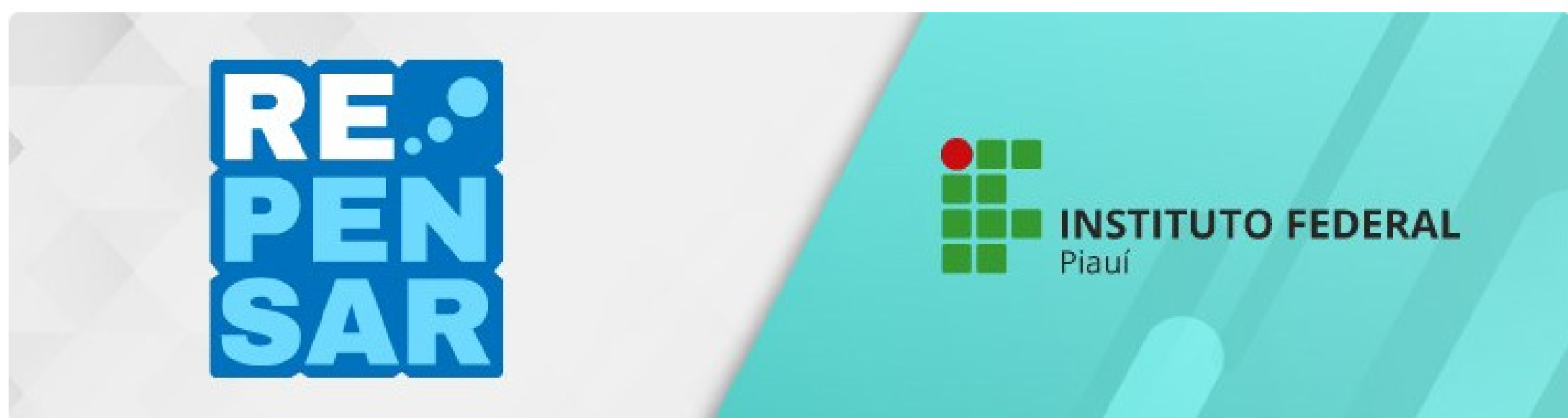
Participamos também de atividades do Integra 2024, mediando a Palestra Máster INTEGRA IFPI: "Uso consciente da Inteligência Artificial no ambiente acadêmico, profissional e as implicações jurídicas". Segue registros das ações:





Como mais uma de suas atividades preventivas, a Corregedoria do IFPI coordena e supervisiona o Projeto REPENSA R, que foi retomado pela PORTARIA 2932/2022 - GAB/REI/IFPI, de 31 de outubro de 2022, e que planeja debater junto a comunidade acadêmica do IFPI outro tema de relevância social e institucional.

PROJETO REPENSAR



Saiba mais:

<https://ifpi.edu.br/repensar>

Na edição do Projeto Repensar do ano de 2024 discutimos, junto à comunidade acadêmica, sobre o “uso consciente da inteligência artificial no ambiente acadêmico e na vida profissional”



DA GESTÃO DE RISCOS

Durante o processo de elaboração do Plano de Gestão de Riscos da Corregedoria do IFPI, foram identificados os riscos prioritários, aqueles classificados com nível de risco “ALTO” e suas respectivas medidas de tratamento.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA: PDI 2020-2024

DESCRIÇÃO DO SETOR: APOIO À GOVERNANÇA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS:

- 1. Fortalecer a gestão participativa, estrutura de governança e compliance
 - R#1 - Estimular as ações da Corregedoria;
 - R#3 - Ampliar as campanhas de conscientização sobre os deveres e proibições dos servidores;
- 2. Aperfeiçoar processos internos e normativos
 - R#2 - Aperfeiçoar processos internos correicionais.

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS (Técnica Aplicada)

Em reunião realizada no dia **16 de fevereiro de 2024**, a equipe de servidores da **Controladoria Interna juntamente com a equipe da Corregedoria-Geral** reuniu-se com objetivo de identificar e avaliar os riscos da Corregedoria, conforme os objetivos estratégicos elencados no PDI 2020-2024, bem como, no sistema de Planejamento Estratégico - GEPLANES.

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Riscos Identificados Inerentes				Avaliação do Risco			
ID	Risco	Causas	Consequências	Probab.	Impacto	Nível	Definição
	Irregularidades e/ou desvios de conduta por parte de servidores.	Devido à desobediência aos normativos e legislações vigentes, que tratam dos direitos, deveres e proibições do servidor.	Comprometimento dos valores e padrões preconizados pela Instituição.	3	4	12	R.A.
	Falhas na condução do processo administrativo disciplinar, no momento da apuração do fato até a aplicação da penalidade.	Devido a erros ou à falta de preparo da Comissão Processante.	Danos ao erário ou ao servidor investigado.	2	4	12	R.A.
	Insuficiência de recursos financeiros.	Devido a cortes orçamentários, de iniciativa do Governo Federal.	Inviabilidade da realização de visitas aos Campi.	2	3	6	R.M.

MATRIZ DE RISCOS

Legenda Nível de Risco		Probabilidade				
		1 Muito baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
Impacto	5 Muito alto					
	4 Alto		12 - R.A.	12 - R.A.		
	3 Média		6 - R.M.			
	2 Baixa					
	1 Muito baixa					

RESPOSTA AOS RISCOS

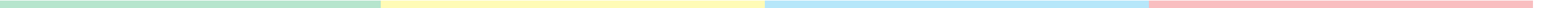
Em reunião realizada dia **16 de fevereiro de 2024**, a equipe da **Controladoria Interna juntamente com a equipe da Corregedoria** verificou a existência de riscos classificados em nível **ALTO**, e assim, se faz necessária a adoção de medidas ou de controles para evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar esses riscos

O quadro abaixo se aplica aos riscos identificados pela unidade: **Corregedoria-Geral**

ID	Riscos Prioritários	Controles Existentes		Opções de Tratamento (MITIGAR, COMPARTILHAR, EVITAR, ACEITAR)	Relação Custo-Benefício	Implementação (Responsável e Prazo)
		Descrição	Eficácia			
R#1	Irregularidades e/ou desvios de conduta por parte de servidores	Ações anuais voltadas à conscientização dos servidores e discentes são realizadas, por meio de visitas aos Campi do IFPI, com a finalidade de aproximação à Gestão de cada unidade, bem como, para ministrar mini-palestras aos servidores, esclarecendo seus direitos, deveres e proibições, de acordo com a Lei nº 8.112/90. Estas ações também são realizadas durante a ambientação/recepção dos novos servidores, nomeados e empossados por meio de concurso público.	50%	MITIGAR	Média	Responsável: Allan Kout Prazo: 1x ao ano.
R#2	Falhas na condução do processo administrativo disciplinar, no momento da apuração do fato até a aplicação da penalidade	A Corregedoria do IFPI fica à disposição dos membros da Comissão Processante designada para apuração dos fatos, para tirar-lhes quaisquer dúvidas sobre os trâmites processuais, bem como orienta o passo-a-passo,	90%	MITIGAR	Adequada	Responsável: Allan Kout Prazo: 1x ao ano.

		envia materiais para estudo, para evitar erros que possam comprometer o processo. Realização de curso de capacitação/formação para servidores que participam de Comissão de processos administrativos disciplinares.				
--	--	---	--	--	--	--

Opções de tratamento do risco	
MITIGAR	Um risco geralmente é mitigado quando é classificado como "Alto" ou "Muito Alto". A implementação de controles, neste caso, apresenta um custo/benefício adequado. Mitigar o risco significa implementar controles que possam diminuir as causas ou as consequências dos riscos, identificadas na etapa de Identificação e Análise de Riscos.
COMPARTILHAR	Um risco geralmente é compartilhado quando é classificado como "Alto" ou "Muito Alto", mas a implementação de controles não apresenta um custo/benefício adequado. Pode-se compartilhar o risco por meio de terceirização ou apólice de seguro, por exemplo.
EVITAR	Um risco geralmente é evitado quando é classificado como "Alto" ou "Muito Alto", e a implementação de controles apresenta um custo muito elevado, inviabilizando sua mitigação, ou não há entidades dispostas a compartilhar o risco. Evitar o risco significa encerrar o processo organizacional ou o objetivo estratégico ligado a ele. Nesse caso, essa opção deve ser aprovada pelo Comitê de Governança Institucional.
ACEITAR	Um risco geralmente é aceito quando seu nível está nas faixas de apetite a risco. Nessa situação, nenhum novo controle precisa ser implementado para mitigar o risco e ele deve ser, apenas, acompanhado e monitorado periodicamente .



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PELA UNIDADE/SETOR

Periodicidade para reavaliação da gestão de riscos: **SEMESTRAL**

PLANO DE AÇÃO

ANEXO: PLANO DE TRATAMENTO DOS RISCOS PRIORITÁRIOS

	O QUE?	POR QUE?	ONDE E QUANDO?	QUEM?	COMO?	ORÇAMENTO?
R#1	Ampliar campanhas de conscientização sobre os deveres e proibições dos servidores públicos federais.	Aumentar a eficácia do controle existente.	Ações anuais nos Campi	CORGER	Por meio de visitas aos Campi por solicitação destes ou por necessidade detectada pela Corregedoria.	Depende de disponibilidade orçamentária.
R#1	Aperfeiçoar processos internos correicionais	Melhorar a segurança na condução dos processos administrativos disciplinares.	Cursos de capacitação In Company presenciais ou de forma remota.	CORGER	Realização de curso de capacitação/formação frequente para servidores que participam de Comissão de processos administrativos disciplinares.	Depende de disponibilidade orçamentária.

DO PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS ALCANÇADOS EM 2023

- Elaboração, institucionalização e capacitação de servidores sobre os protocolos e políticas de enfrentamento e acolhimento a vítimas de violência contra mulher.
- Inclusão nas portarias de comissões de PAD's a previsão de redução da carga horária dos servidores em até 8 (oito) horas semanais para atuação na comissão. Com isso visamos contornar a deficiência de servidores atuando na área correicional e estimular a participação de servidores nas comissões de PAD's, aumentando o tempo de análise e resposta das demandas correicionais.

DO PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA OS ANOS SEGUINTE

Como forma de planejamento de ações para continuidade dos trabalhos desta unidade de Corregedoria, estamos buscando realizar as seguintes ações:

- Promover palestras e cursos visando fortalecer a compreensão dos nossos servidores e gestores sobre seus deveres e responsabilidades funcional.
- Ofertar Curso de arbitragem, mediação e conciliação extrajudicial, visando dirimir os conflitos nos próprios campi de origem diminuindo o fluxo de demandas a serem analisadas pela Corregedoria.

 Documento assinado digitalmente
ALLAN KOUT LIMA DE FRANÇA
Data: 16/01/2025 11:32:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Allan Kout Lima de França
SIAPE 1755226
Corregedor/IFPI

Documento Digitalizado Público

Relatorio_Gestao_Corregedoria_-2024_

Assunto: Relatorio_Gestao_Corregedoria_-2024_
Assinado por: Allan Kout
Tipo do Documento: Relatório
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Autenticada Administrativamente

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Allan Kout Lima de Franca, CORREGEDOR(A) - FG1 - CORGERAL-IFPI**, em 16/01/2025 11:49:20.

Este documento foi armazenado no SUAP em 16/01/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 599572
Código de Autenticação: ab5504daaf





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI - CAMPUS CAMPO MAIOR
Avenida Raimundo Doca da Silva, S/N, Fazendinha, CAMPO MAIOR / PI, CEP 64280-000
Fone: (86) 3131-1465 Site: www.ifpi.edu.br

PORTARIA 4/2025 - GADIR/DG-CMAIOR/CACAM/IFPI, de 27 de janeiro de 2025.

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CAMPO MAIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI), nomeado pela Portaria nº 1.653/2021 - GAB/REI/IFPI, de 24 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2021, no uso de suas atribuições legais e regimentais, delegadas pela Portaria nº 2.618, de 11/10/18,

RESOLVE:

Art 1º - Designar os servidores, lotados no *campus* Campo Maior: **Mikhaela Beatriz Prado de Araújo**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 3429139 (membro titular); **Maria da Purificação Lustosa de Sousa**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1385431 (membro titular); **Liana Cynthia de Macedo Reis**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 2942760 (membro titular); **Sebastiana Ceci Sousa**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1936049 (membro titular); **Fatima Leticia da Silva Gomes**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 2153381 (membro titular); **Wilson de Oliveira Junior**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 2645400 (membro titular); **Antônio Carlos Oliveira Silva**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1898649 (membro titular); **Gilmara Oliveira de Carvalho**, Assistente de Aluno matrícula SIAPE nº 2216575 (membro titular); **Francisco das Chagas da Paz Soares**, Assistente em Administração matrícula SIAPE nº 2264298 (membro titular); **Antonino de Sousa Martins Neto**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1199274 (membro suplente); **Geraldo Nunes da Silva Junior**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 2616596 (membro suplente); **Anaildes Tatiane de Oliveira Barros**, Assistente de Aluno matrícula SIAPE nº 2153957 (membro suplente) para comporem a Banca Avaliadora da Prova de Desempenho Didático do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor substituto de Administração, informática e Libras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI *Campus* Campo Maior, regido pelo EDITAL 58/2024 - GADIR/DG-CMAIOR/CACAM/IFPI, de 20 de dezembro de 2024.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

DANILO ALVES DO NASCIMENTO
Diretor-Geral do IFPI-Campus Campo Maior

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Daniilo Alves do Nascimento**, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-CMAIOR-IFPI - CAMPUS CAMPO MAIOR, em 27/01/2025 17:21:41.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/01/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 327651

Código de Autenticação: 6e21431808

